

VIRAVIDA

Uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil.



Glória Diógenes

VIRAVIDA

Uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Armando de Queiroz Monteiro Neto
Presidente

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI

Conselho Nacional

Jair Meneguelli
Presidente

SESI – Departamento Nacional

Armando de Queiroz Monteiro Neto
Diretor

Antonio Carlos Brito Maciel
Diretor Superintendente

Carlos Henrique Ramos Fonseca
Diretor de Operações



VIRAVIDA 

Uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil.

**Brasília
2010**

© 2010. SESI. Departamento Nacional

Conselho Nacional do SESI

FICHA CATALOGRÁFICA

S491v

Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional.

ViraVida: uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil / Serviço Social da Indústria. – Brasília, 2010.

116 p: il.

ISBN 978-85-7710-213-6

1. Direitos das Crianças e dos Adolescentes 2. Assistência Social I. Título II. Título:
Uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil

CDU: 364.64

SESI

Serviço Social da Indústria

Departamento Nacional

Sede

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317-9001

Fax: (61) 3317-9190

<http://www.sesi.org.br>

SUMÁRIO

O CONTINENTE VIRAVIDA	11
PREFÁCIO	13
COMO FAZER NASCER O VIRAVIDA	14
1 ENTRELINHAS I	15
2 O VIRAVIDA TEM UMA HISTÓRIA PARA CONTAR	17
2.1 Diante dos fatos: o que fazer, como fazer e com quem fazer?	18
2.2 São vidas que recriam vidas	19
3 SEGUINDO TRILHAS DE CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA E CAMPOS ELUCIDATIVOS DE INVESTIGAÇÃO	25
4 A EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO DAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E O PAPEL DO VIRAVIDA	33
5 VIRAVIDA – TRANSVERSALIDADE, COMPLEXIDADE E DIVERSIDADE: UM NOVO MODELO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE	39
COMO FAZER CRESCER O VIRAVIDA	44
1 ENTRELINHAS II	45

2 ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS E FORMAÇÃO DE REDES	47	5 PROCESSO DE ATENDIMENTO INTEGRAL	79
2.1 Os primeiros percursos	49	5.1 Modelando o projeto	80
2.2 Participação e autonomia	50	5.2 O Sistema de garantia de direitos	83
2.3 Rede de parceiros	50	5.3 Atendimento psicossocial	84
2.4 Estratégias de articulação institucional	52	5.3.1 Diagnóstico	85
		5.3.2 Escuta Qualificada	89
3 PROCESSO DE SELEÇÃO	55	5.3.3 Atendimento em grupo	90
3.1 Mobilização e análise de dados	55	5.4 Convivência familiar e comunitária	91
3.2 Metodologia da seleção	57	5.5 Encontros Bimestrais	93
3.3 Socialização	60	5.6 Rodas de Conversa	93
3.4 Definição da(s) turmas e matrícula	61	5.7 Visitas Domiciliares	94
		5.8 atendimentos individuais aos pais ou responsáveis	95
4 O PROCESSO EDUCATIVO	63	5.9 Atendimento de saúde	96
4.1 Construção da proposta pedagógica	66	5.10 Monitoramento e avaliação das ações	96
4.2 Estudo da demanda de mercado para definição dos cursos	67		
4.3 Planejamento de ensino	67	6 INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	99
4.4 Organização curricular	68	6.1 Trabalho X Emprego	100
4.5 Plano de aula	69	6.2 A estratégia de inserção	101
4.6 Desenvolvimento do processo de ensino	69	6.3 Núcleo de inserção	102
4.7 Prática pedagógica	72	6.4 Preparação dos jovens para o mercado de trabalho	103
4.8 Contrato de convivência	74	6.5 Encaminhamento para processo seletivo	104
4.9 Conselho escolar	74	6.6 Acompanhamento	104
4.10 Avaliação da aprendizagem	75		
4.11 Monitoramento dos cursos	77	GLOSSÁRIO	106
4.12 Certificação	77		
4.13 Acompanhamento de egressos	77	REFERÊNCIAS	109

O continente ViraVida

O ViraVida tem uma história para contar. O aspecto mais significativo a ser destacado é que essa história resulta do encontro de muitas vidas, experiências e trajetórias diferenciadas. Pode-se comparar o ViraVida ao som de uma orquestra, com diferentes instrumentos, acordes, ritmos e tons capazes de fazer a música fluir em uma mesma vibração. Identificamos, logo no início, a necessidade de produção de uma sinfonia tocada por meio de diversidade de vozes e vocações ao contrário de tentarmos criar uma alternativa de mão única para o enfrentamento da exploração sexual de adolescentes e jovens no Brasil. Desse modo, as minhas palavras iniciais se traduzem em linhas de reconhecimento. O ViraVida é uma composição coletiva. Desse modo me cabe, para além das palavras de agradecimento, poder destacar uma rede de instituições, públicas e privadas, governamentais e não governamentais que abraçaram o ViraVida e desencadearam novas oportunidades de presente e de futuro para jovens de cantos diversos do País.

O ViraVida nasce da crença na potencialidade de adolescentes e jovens que se encontram para além das fronteiras da proteção social, relegados à indiferença e ao esquecimento. Isso não quer dizer que as redes locais de enfrentamento não estão atuando no sentido de transpor situações de exploração sexual e de um conjunto de violações de direitos de adolescentes e jovens. É que, num dado momento, quando se tratava de apresentar uma alternativa concreta à violência sexual, desenhava-se diante desse segmento um vácuo de oportunidades sólidas e que estivessem interligadas à rede local de atendimento e ao Sistema de Garantia de Direitos. Por isso faço sempre questão de repetir, temos a pretensão de agregar, de integrar e de mobilizar iniciativas e esforços para reversão da mais cruel forma de experiência de trabalho infantil – a exploração sexual de adolescentes e de jovens.

Posso afirmar que o ViraVida é resultado de uma afirmação, de um sim para outras alternativas de vida constituídas além do medo, da privação e das violências diversas de crianças e adolescentes. Interessante é poder ir percebendo que as sementes desse sim apenas proliferam e conduzem novas linhas de participação e de cooperação. Durante os anos em que visitamos inúmeros empresários, gestores e os mais diversos segmentos, em nenhum momento, recebemos um não. Ninguém deixou de antever, mesmo ainda na fase embrionária, a relevância e o ineditismo da iniciativa, e todos, de imediato, se prontificaram a realizar sua parte nesse pacto ampliado de afirmação da vida. Destaco um reconhecimento especial aos companheiros do

Sistema S. Apenas a sinergia entre SESI, SENAI, SENAC, SESC, SEBRAE, SESCOOP, SEST-SENAT e SENAR pode dar suporte e positivar a complexidade de ações desenvolvidas no projeto pedagógico do ViraVida e ativar o campo de oportunidades entreabertas na fase relativa à empregabilidade. Quero confessar que desde que assumi a presidência do Conselho Nacional do SESI venho alimentado a vontade de poder ver essa confluência de interesses e ações entrelaçadas dentro do Sistema S. É a presença maciça do sistema produtivo que vai efetivar a inserção dos jovens em situação de exploração sexual no mercado de trabalho e a reversão concreta de suas vidas.

Por fim, gostaria de ressaltar que o ViraVida não representa uma dádiva, uma benesse, e sim um dívida social. Esses jovens são signatários e sujeitos de direitos, sendo merecedores de toda a atenção e todo o esforço de instituições alinhadas com a finalidade de transmutar exploração em construção de múltiplas vias de transformação. Um fato é visível, e quem já atuou diretamente no campo das ações socioeducativas é dele sabedor, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade quando percebem uma alternativa sólida e concreta a agarram “com unhas e dentes” e transformam suas vidas e de suas famílias. Eles expressam a gana dos que conseguem fazer dos limites, das privações, das dores de cada dia lições de coragem e de resistência. Temos aprendido com eles e nos tornado cada vez mais crentes na capacidade de transmutação de vivências de carências em expressões de potências.

Um das últimas palavras devem ser fncadas neste amplo continente ViraVida: não estamos fazendo nenhum favor, um mero ato de assistencialismo ou de caridade; porque cada centavo investido neste projeto se reverterá na construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa . Nada disso é utopia. Muitos jovens egressos do ViraVida já viraram uma página de suas histórias. Nestes dois anos acompanhei e me surpreendi com mudanças drásticas de vida, ações empreendedoras, acolhimento de outros entes familiares e reversões de quadros de vulnerabilidades, expressões coletivas de alegria e sinais de autonomia nas suas trajetórias de vida. Além do plano dos direitos, do terreno das oportunidades, creio que tudo isso é um presente divino, pois nada é tão gratificante quanto ver um jovem reassumir a capacidade de sonhar, de lutar e de garantir seu lugar ao sol.

Jair Meneguelli

Presidente do Conselho Nacional do SESI/DN

Prefácio

O Projeto ViraVida adquire, cada dia mais, as feições do Serviço Social da Indústria, pois, ao promover educação com foco no domínio de competência para a inserção produtiva de seu público-alvo, alinha-se perfeitamente aos objetivos estratégicos da instituição, criada há mais de meio século.

Por sua gênese, o SESI atua como instrumento de transformação e inclusão social, sempre com a consciência de que grandes desafios são, sempre, pré-requisito de grandes soluções – criativas, inovadoras, ousadas muitas vezes, simples tantas outras, mas sempre comprometidas com a construção do futuro. É nesse contexto que se insere o Programa ViraVida, nascido das preocupações e da iniciativa do Conselho Nacional do Departamento Nacional do SESI e de seu Presidente, Jair Meneguelli.

Certamente por uma dessas benfazejas coincidências da vida, o ViraVida nasceu exatamente na Praia do Futuro, em Fortaleza, frequentada por turistas do mundo inteiro. Nesse cenário de belezas naturais que generosamente oferecem lazer, divertimento e descanso, grassa também, sob o olhar complacente de muitos, a exploração sexual de crianças e adolescentes dos quais é subtraído o direito de sonhar com o futuro.

Essa é a realidade que, a um só tempo, o ViraVida denuncia e atua para mudar. Por seu conceito e metodologia, o ViraVida propõe que as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, estruturadas para dizimar segmentos vulneráveis da população, sejam substituídas por uma forte rede de promoção e de garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Como nos lembra Jair Meneguelli, tudo que essas pequenas vítimas precisam e nos pedem é uma oportunidade. É exatamente isso o que o ViraVida oferece por meio de ampla parceria que une diversos segmentos da sociedade e da qual a indústria participa com entusiasmo.

Instituição integrante do Sistema Indústria, o SESI disponibiliza a inteligência adquirida na área da educação básica e fundamental, somando-a à expertise de instituições especializadas na área da educação profissional e prospecção de oportunidades no mercado de trabalho.

As primeiras experiências do Projeto ViraVida mostram, de forma alentadora, que é possível resgatar as crianças e adolescentes da Praia do Futuro e de tantas outras praias, serras, planícies e sertões espalhados pelo País.

Ao assim agir, a indústria, uma vez mais, reafirma a crença inabalável de que o crescimento econômico não é e nem pode ser um fim que se esgote em si mesmo – deve, necessária e obrigatoriamente, distribuir os seus frutos, gerando desenvolvimento e inclusão social. Cuidar de suas crianças e jovens é a responsabilidade maior de uma nação. Essa é a proposta do ViraVida. É, igualmente, o convite e a convocação que, neste livro, o SESI e seus parceiros fazem a todos aqueles que se disponham a participar e contribuir. O desafio é grande e a superação exige a união de todos aqueles que, como nós, compreendem que é nossa responsabilidade abrir às nossas crianças e jovens as portas de um futuro digno e cidadão.

A todos, boa leitura!

Robson Braga de Andrade

Presidente do Conselho Regional do SESI/MG



COMO FAZER NASCER O VIRAVIDA



1. Entrelinhas I

Como poderá ser observado na leitura a seguir, este livro efetua dois movimentos distintos: no momento primeiro, ele fala das inquietações, das reflexões, dos encontros e dos caminhos e descaminhos traçados no processo de fazer nascer o ViraVida. Possivelmente, essa diferenciação entre o fazer nascer e o fazer crescer pode ser interpretada como um modo de abordagem cindido, de natureza maniqueísta. É um risco que corremos. De outra forma, interessa-nos mesmo, de modo intencional, tentar reproduzir a cena inaugural, a atmosfera e o manto de angústias, ansiedades, preocupações e a fertilidade dos encontros desencadeados na etapa de gestação do ViraVida. Já a segunda parte do livro volta-se para os ritos da exatidão, da precisão e da objetividade.

Em nenhum momento pretendemos realizar uma contraposição entre a leveza do pensamento, que corre veloz como flecha, e o peso de uma montanha fixa na paisagem. Calvino diz que “a precisão para os antigos egípcios era simbolizada por uma pluma que servia de peso num dos pratos da balança em que se pesavam as almas”¹. O “como fazer nascer” o ViraVida assume o ritmo que a pluma perfaz com um sopro de vento. Um tom que vai se tecendo por meio de caminhos trilhados na própria narrativa, com elipses, curvas, encontros, mudanças de rotas e o temor das precipitações. Essa história precisava ser compartilhada e povoada por outros tantos fragmentos de história, por tantas outras idas e vindas traçadas no Brasil em percursos efetuados para o enfrentamento da exploração sexual.

Vale dizer que outros personagens que não necessariamente figuram nestas páginas e que não necessariamente fazem parte do ViraVida habitam os interstícios destas linhas. Representam uma legião de meninos e meninas que muito cedo tiveram que cruzar as fronteiras da infância e assumir, precocemente, o peso da vida adulta. Carregam, em silêncio, os pratos da balança em que se pesavam as almas.

1 CALVINO, Italo. Seis propostas para o próximo milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 71.

2. O ViraVida tem uma história para contar

*“Mar,
Metade da minha alma é feita de maresia”.*
(Sophia Breyner)

As histórias precisam ser contadas desde o comecinho, como bem dizia minha sábia avó. Em um dia ensolarado, como tantos outros que se derramam sobre a Praia do Futuro. Jair Meneguelli, em uma de suas visitas a Fortaleza, decide usufruir o mar e o desenho do verde tangenciando a linha do infinito azul. O mar é um lugar que descortina a vastidão do mundo. Comumente se constrói em torno dele forte metáfora associada ao impacto benfazejo de sua presença e ao efeito reparador do banho em suas águas salgadas. Acredita-se que o mar alumia a visão, produz abertura da percepção e remove impurezas do corpo e da alma. Porém, a intensa ocupação nas metrópoles, a ampliada indústria do lazer tem conferido nas últimas décadas ao mar uma curiosa combinação entre o idílio da paisagem e a experimentação de excessos que permeia tudo aquilo denominado de divertimento. As barracas das praias de Fortaleza, em sua quase maioria, tomam a visão do oceano com pequenas tendas, cadeiras, trânsito de vendedores de cocos verdes, de queijo assado e do vai e vem de pedintes.

A orla se urbaniza e se movimenta como uma pequena maquete da cidade que a margeia. Ver e apreciar o fluxo e refluxo das ondas torna-se quase uma atitude de esforço diante das interposições físicas e do apelo de atividades e serviços dispostos em cada um dos pontos da praia. É nesse cenário que Jair Meneguelli visita o mar no final do ano de 2007. Despretensiosamente. Nessa gama de múltiplas situações, identifica uma cena insólita. Uma menina, com idade de ser menina mesmo, no centro de uma mesa, sendo alvo de sedução, de investidas e afagos ostensivos de turistas estrangeiros. O sol parece abrir uma fenda de perplexidade na visão do homem. A cena, banalizada por tantos que estão em volta da mesma mesa, provoca no visitante um extremo desconforto. Os anos de luta sindical, a direção da CUT, os confrontos com os detentores do grande capital, as estratégias de ampliação das ações à frente do Conselho Nacional do Sesi talvez nunca tenham mobilizado de forma tão visceral no homem um sentimento exposto de indignação.

Em que momento a exceção se tornou regra? Como bem pontuou Brecht, é inexplicável o habitual, é estranho que a mesma cena não pareça estranha para todos que estão sob o mesmo sol e com os pés na mesma areia. Os turistas tocam nos corpos das meninas em cada movimento de sedução esboçado entre risos e músicas. O homem olha em sua volta e vê que todos continu-

avam rindo, brincando, bebendo como se nada de inusitado interferisse na dinâmica do lugar. Ele não poderia permanecer indiferente, ele não. Algo precisava interromper a cegueira compactuada que fazia calar e paralisar atitudes de reação ao que se via. Logo que os homens se retiraram da barraca, Jair conversou com o grupo de meninas; identificou a fome e o desejo, em uníssono, de uma vida com muitas outras oportunidades. Ouviu sobre famílias partidas, sonhos engavetados, portas fechadas e laços cindidos. Ao retornar a Brasília, Jair buscou estabelecer contato com instituições que atuam no campo do enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. E foi trilhando os primeiros passos de uma história que apenas se inicia.

2.1. Diante dos fatos: o que fazer, como fazer e com quem fazer?

"A perplexidade é o início do conhecimento".
(Kahlil Gibran)

São raras as situações em que um sentimento de indignação e de perplexidade se reverte em ações concretas. Desde o momento em que presenciou essa cena primordial, numa praia que ironicamente se denomina "do Futuro", o personagem central dessa trama não mais se aquietou.

O significado da palavra "perplexidade" no Dicionário Aurélio é:

s.f. Embaraço de uma pessoa que não sabe que decisão tomar.

Pode-se até tentar retrucar o quase oráculo Aurélio no que tange a um significado mais preciso da palavra perplexidade. No caso aqui relatado, o sinônimo do termo não guarda nenhuma correlação com atitude relativa à relutância da tomada de decisão. Na narrativa que se segue, não foi bem assim. Ao deixar Fortaleza, a perplexidade de Jair já havia se transmutado em certeza; todas as forças do Sistema S² seriam mobilizadas para fortalecer o enfrentamento da exploração sexual no Brasil. Se havia perplexidade, era apenas relativa ao como; a identificação de quais conjuntos de força ele teria que acionar e recorrer para enfrentar de forma eficaz e lúcida um fenômeno tão complexo. Para um sindicalista que vivenciou instâncias multifacetadas de poder, a compreensão de Michell Foucault (1984) acerca de suas redes e teias, de sua eficácia e funcionamento faz um claro e prático sentido. Rigorosamente, para Foucault, o poder não existe. Existem sim práticas e relações de poder. Desse modo, o poder se exerce numa rede microfísica de pontos múltiplos e diferenciados. O dilema que se interpunha para o enfrentamento do novo desafio era o de como acionar os vários fios de poder em torno de um único projeto e identificar que projeto seria esse!

2 Uma articulação de instituições formadas pelo SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEBRAE, SESCOOP.

Foram realizados contatos em Brasília, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com parlamentares que atuam na construção de direitos de crianças e adolescentes, e a cidade de Fortaleza foi indicada como lugar de uma fortalecida rede e de uma inovadora construção de políticas públicas nesse campo de ação. Uma força-tarefa do Conselho Nacional do SESI foi destacada para efetuar contatos, identificar potenciais parceiros, aprofundar o conhecimento sobre a temática, assim como elaborar um documento preliminar do projeto. Os primeiros encontros com indicadores do problema revelaram dados estarrecedores. A primeira versão da carta de intenções do que viria a se tornar o ViraVida iniciava-se com as seguintes linhas:

A exploração sexual é uma das piores formas de violação dos direitos humanos de nosso tempo. Essa estratégia moderna de escravidão envolve geralmente os mais vulneráveis da sociedade, pois a pobreza e a desigualdade aumentam os riscos de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes. Calcula-se que cerca de 2 milhões de pessoas no mundo inteiro são mantidas em situação de servidão sexual. E, segundo a ONG Coalizão contra o Tráfico de Mulheres e Meninas na América Latina, o fenômeno já atinge 1 milhão de jovens no continente.

Era como se o documento precisasse provocar no leitor o mesmo impacto e indignação experimentados pelo presidente do Conselho em sua visita a Fortaleza. E não apenas isso; aqui se bifurca também a trajetória do próprio SESI, apontando a construção de um novo modelo de ação.

2.2. São vidas que recriam vidas

"O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem..."
(Guimarães Rosa)

Existe cada vez mais uma linha tênue que parece separar trabalhadores "pobres" e outra camada que pode ter perdido os liames com o mundo do trabalho. Alba Zaluar assim situava os pobres ainda na década de 80:

Quem são esses trabalhadores pobres? De um ponto de vista meramente descritivo, seriam todos aqueles que estão incluídos nas faixas de renda mais baixas até cinco salários mínimos ou que exercem as atividades pior remuneradas da economia nacional.³

3 ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 33.

Obviamente, essa condensação da análise de Zaluar sobre as organizações populares e os significados da pobreza nos remete a um cenário que atrai não apenas a atenção das teorias sociais, como também arregimenta um leque de políticas sociais de natureza compensatória no Brasil, mais marcadamente nos anos 80. É nessa conjuntura que movimentos sociais diversos expressam demandas provenientes não apenas do campo da produção e das contradições do mundo do trabalho, mas da própria reprodução do trabalhador e dos seus direitos a uma vida digna. A sociedade civil alarga a esfera da cidadania e amplia seu acesso a um espectro de direitos sociais básicos (escola, saúde, cultura, lazer, entre outros). A politização social nos anos 80 culmina com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e consolida a transição democrática. Por outro lado, esse mesmo período político é considerado na economia como “a década perdida” devido às baixas taxas do Produto Interno Bruto (PIB) e aos investimentos e esforços empreendidos para ampliação dos espaços de cidadania.

No final da década de 80, evidencia-se uma nova tensão; a dinâmica da globalização dos mercados, o incremento dos processos de automação industrial, robotização e desenvolvimento tecnológico promovem uma onda denominada de retomada do desenvolvimento.

Obviamente, cada reconfiguração do cenário político e econômico projeta no SESI necessidades de adaptações e de diversificação de iniciativas. Não cabe no escopo deste documento relativo aos passos trilhados pelo ViraVida tecer uma descrição exaustiva das transformações experimentadas e consolidadas por todo o Sistema S. O que vale ser ressaltado é que, nos anos 90, outra categoria situada “fora” do campo do trabalho formal, sem uma identidade definida como “pobre trabalhador”, foi desenhando quadros de desigualdade e apartação bem mais drásticos. Trata-se da emergência de um amplo contingente populacional denominado de excluídos.

Vale ressaltar ainda que o termo excluído não é necessariamente sinônimo de desempregado, de desvalido ou de uma situação demarcada de mendicância; o excluído é aquele que rompeu os laços, os vínculos, as crenças no efeito reparador e inclusivo do mundo do trabalho. Excluído representa uma condição que amalgama pobreza a um rompimento de vínculos institucionais e sociais. Como bem enfatiza Viviane Forrester⁴:

4 ORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1977. p. 11.

Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho, vale dizer, empregos.

Ora, essa nova feição de segregação, de produção de necessidades atinge o coração, o núcleo central do patamar de valores e crenças que povoaram, de modo geral, a condição dos pobres trabalhadores da periferia. O esgarçamento do tecido social mistura papéis e funções e esvazia o cotidiano das famílias. Mães passam a desempenhar a função de pai, padrastrós rotativos ocupam de forma pálida o lugar do provedor, filhos tornam-se arrimos de família, meninas e meninos vão às ruas lutar pela sobrevivência de pais, mães e irmãos. A infância é interrompida e a idade adulta antecipada.

As transformações que esta crise opera no âmbito da família geram situações difíceis de serem resolvidas, especialmente por parte das crianças e dos adolescentes. Trocas de parceiros entre os pais, conflitos de natureza interpessoal (gerados por alcoolismo, drogadição, experiências sexuais precoces e insalubres), violências sexuais e tantas outras relações acabam por vulnerabilizar sociopedagogicamente este segmento.⁵

Não apenas se modifica o cenário das relações familiares, como também a noção de juventude assume novas conotações, definições e modos de expressão nas últimas décadas. Pode-se até mesmo considerar um novo desenho da condição juvenil, conforme assinala Abad⁶:

Em consequência, pode-se afirmar que a nova condição juvenil se constrói sobre o pano de fundo da crise das instituições tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta hegemônica, cujo prestígio tem se debilitado pelo não cumprimento de suas promessas e pela perda de sua eficácia simbólica como ordenadoras da sociedade.

Observa-se um intenso processo de desinstitucionalização no campo juvenil e um crescente descredenciamento de uma destacada parcela da juventude e das possibilidades concretas de futuro tão alardeadas acerca de sua condição. Parte expressiva desses jovens passa a ser identificada como ameaça e risco, distanciando-se da condição de potencialidade e oportuni-

5 LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima (Org.). Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil. Brasília: Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), 2002. p. 49

6 ABAD, Miguel. Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003. p. 25.

dade. Experimenta-se um diálogo de surdos entre as várias instituições que se relacionam com a juventude. De modo geral, esses atores institucionais acionam signos e valores, consubstanciados em parâmetros que não impactam e nem mobilizam mais os jovens desconectados de ideários dissonantes do mundo adulto e das tradicionais formas de ascensão social. Os jovens se retraem, se enclausuram em redes sociais que muitas vezes se aproveitam de suas fragilidades e de sua falta de crença no futuro. Prometem a eles o futuro, e deles é retirado o presente e também, muito cedo, a possibilidade de reproduzirem, nos moldes atuais, percursos de vida trilhados por membros de suas famílias.

Ser cidadão, nos nossos dias, é quase sinônimo de se colocar na condição de trabalhador, mesmo os sinais dos tempos evidenciando novas tensões, como bem sinaliza Regina Novaes⁷:

Atualmente não é possível mais acreditar que a inclusão se dará fundamentalmente pelo mercado de trabalho. Em primeiro lugar, porque o trabalho está pesando cada vez menos nas vidas das pessoas. Cem anos atrás, em uma comunidade agrária com média de vida de 40 anos, começava-se a trabalhar aos cinco ou seis anos de idade e se trabalhava até morrer. Hoje, no Brasil, o tempo de trabalho representa 40% do tempo da vida. Não é a principal parte da vida. Então, é preciso construir uma cidadania que não seja montada somente no trabalho.

Tomando por base esse cenário, o Sistema S passa a combinar educação profissional (estratégias de inclusão por meio do mundo do trabalho) com os eixos previstos no Plano Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual concernentes ao desenvolvimento integral de adolescentes e jovens. Foi preciso olhar para além da terra, lugar das metas, dos objetivos fixos e precisos, para que a fresta de percepção da cena primordial de exploração sexual de meninas conseguisse antever uma nova conjunção de forças. Ali, na praia, não se testemunhava apenas uma situação de violação de direitos de crianças e adolescentes. Era bem mais que isso. Além de cumprir sua missão institucional, o Sistema S amplia suas ações, fortalece a rede de enfrentamento e produz novos parâmetros para o campo das políticas públicas no Brasil.

Como bem enfatiza Forrester⁸, tratava-se de um esvaziamento de futuro, que ultrapassa a cena da praia, que transcende o grupo de meninas e o plano de vida de uma geração.

7 Políticas Públicas: Juventude em pauta; São Paulo: Cortez, 2003, p. 137-138.
8 Idem, p. 60.

É, aí, nesse vazio, nessa vacância sem fim que destinos são aprisionados e desagregados, é aí que se afogam energias. Que se anulam trajetórias. Aqueles cuja juventude, impotente, caiu nessa armadilha têm consciência disso e preferem não demorar a enfrentar a seqüência de suas vidas. À pergunta: Como você se vê daqui a dez anos? Um deles respondeu: "Não me vejo nem daqui até o fim de semana.

Desse modo, a percepção da gravidade das cenas de exploração sexual em plena luz do dia expõe interrupções de percursos de vida que apenas florescem, mas, bem mais que isso, expõe a indiferença de tantos homens e mulheres do bem com o ato de cuidar e proteger a vida. Como diz o presidente Lula, envergonha e produz uma imagem esvaziada de justiça e cidadania para toda a nação. Foi essa iluminação que mobilizou o Presidente do Conselho a ampliar o escopo de atuação do Sesi, pactuando com todo o Sistema S.

Assim, o Sesi também se reinventa, multiplicando ainda mais suas ações no campo de reversão da condição de vulnerabilidade de segmentos sociais. A Instituição se volta para um plano holístico, dando suporte, promovendo cidadania e direitos exatamente para os que se encontram alijados do mundo do trabalho, para os que não têm vez nem voz. Com o ViraVida, o Sesi e os parceiros do Sistema passaram a intervir, de forma mais ampla, para além do âmbito dos trabalhadores da indústria. São iniciativas que ultrapassam o campo da prevenção, promoção de direitos e da cidadania e se voltam para o campo da proteção social; ações que tentam reparar vidas roubadas, vidas rompidas.

A noção de responsabilidade social desenvolvida nas empresas que fazem parte do Sesi amplia o foco de atenção estratégica da promoção dos direitos e da qualidade de vida do trabalhador. Pode-se dizer que o eixo de ação estruturante do próprio Sesi, condensado no parágrafo seguinte, também vai sofrendo modificações na medida em que o ViraVida ultrapassa a condição de projeto piloto e solidifica a condição de programa.

Nos últimos 60 anos, o Sesi conquistou a confiança de milhares de brasileiros graças a um trabalho ético e transparente, comprometido com a inclusão social. O lazer, a saúde e a educação são os pilares dos investimentos da rede, presente nos 26 estados e no Distrito Federal, somando 2.006 municípios atendidos. Esta estrutura garante presença constante da entidade na vida do trabalhador.⁹

9 Disponível em: http://64.233.163.132/search?q=cache:ffcBHZoDo_IJ:www.cni.org.br/portal/main.jsp%3FflumChannelId%3D8A818B146A9BCF01146AC210E72A9D+sesi+historia&cd=2&hl=pt-R&ct=clnk&gl=br

Qual é o elemento central propulsor da construção de um novo modelo de atuação para o SESI que emerge no Sistema a partir da implantação e difusão do ViraVida? Exatamente o de se voltar, de forma mais decisiva, para um segmento da população que, no geral, não pode ser identificada dentro da categoria trabalho e por ter esse mesmo segmento ultrapassado à mera condição de pobreza e se inscrever no complexo terreno da vulnerabilidade. Como será aprofundado no próximo capítulo, lidar com um estrato da população que de certo modo está “de costas” para as instituições, distanciado da escola, da família e das esferas pactuadas da vida pública, exige do SESI e do Sistema S uma ampliação e complexificação de suas tecnologias educacionais, de sua linguagem institucional e intensificação dos processos de capacitação e sensibilização do seu corpo técnico em relação às novas demandas.

A história que o ViraVida começa a trilhar expressa maior abertura da sensibilidade no campo da técnica e uma transposição do usual medo que se tem diante dos diferentes. Georges Duby escreve um livro instigante denominado “Ano 1000, Ano 2000, na Pista dos nossos Medos”. Um dos mais significativos medos do milênio, apontado por Duby, é traduzido de forma objetiva e simples – o medo do outro. Isso significa dizer que o fosso social existente entre os que se encontram em um mesmo plano de vida (seja mais ou menos abastado) em relação àqueles que perderam vínculos e sentimentos de pertencimento à cidade, às suas regras, às suas leis só tende a se aprofundar.

O ViraVida realiza uma ação estratégica que se estende para além dos liames institucionais. Isso significa dizer que o programa atinge um segmento que tem vínculos rompidos com muitas das esferas instituídas da vida social e produz, de dentro para fora, uma ação de reparação de direitos e de recriação de novas possibilidades instituintes. Adolescentes e jovens que vivenciaram situações de violência sexual, abuso e que acabam adentrando redes de exploração sexual, tornando-se presas fáceis para toda uma cadeia de violações, isolamento e manipulação. O que significa falar em exploração sexual comercial e como as discussões e iniciativas têm tentado lidar com o desafio dessa magnitude? Vamos ao próximo tópico.

3. Seguindo trilhas de contribuição teórica e campos elucidativos de investigação

Rompendo o silêncio. Essa é uma terminologia recorrentemente veiculada no final dos anos 90, como também após a criação do Plano Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual, que figura em livros e em documentos técnicos e pode ser usada como metáfora desses tempos de visibilidade do fenômeno da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA). Quando se trata de exploração sexual comercial, curiosamente, o plano da discussão teórica, da produção de pesquisas e aquele relativo às ações desenvolvidas no âmbito das políticas, por muitas vezes, se encontram e se confundem. No início do ano 2000, observa-se uma relativa remoção do véu de sacralidade que envolvia as famílias como um todo e a relativização na crença generalizada no seu poder reparador e da efetiva proteção de crianças e adolescentes.

Uma pesquisa realizada ainda em 1996, na cidade de Fortaleza, já trazia dados estarrecedores:

A situação de conflito no âmbito da casa e da família torna-se fato notório quando 55% dos adolescentes consideram a sua relação em família avaliada entre “ruim” e “péssima”. Esse índice, na Barra do Ceará, eleva-se para 69,3%, atingindo o menor valor na beira-mar, com 48,5% das indicações. Por outro lado, 42,7% dos adolescentes em situação de prostituição avaliam a convivência em família entre “ótima” e “boa”. É na beira-mar onde esse valor é mais elevado, atingindo 48,5% dos entrevistados, o que assinala melhor convivência familiar entre o segmento entrevistado na beira-mar. Quando indagados dos motivos da avaliação inserida no campo da categoria “ruim” e “péssima”, eles destacaram a recorrência de “brigas/intrigas e confusões”, com 64,4%. Vale assinalar que o item “maus-tratos e violência”, que, no cômputo geral, projeta-se num índice de 15,1%, na Barra do Ceará, fica em torno de 42,9%.¹⁰

As famílias, de forma mais destacada nas periferias das grandes cidades brasileiras, reordenaram-se, recriaram-se em novos arranjos, assumindo contornos diferenciados do modelo tradicional de família nuclear. Não se pode pensar e intervir no campo da construção de direitos de crianças e adolescentes sem que se leve em conta as mudanças e reconfigurações que se efetivaram no âmbito das famílias. Como bem exemplifica Sarti¹¹:

10 DIOGENES, Gloria. Criança infeliz. Fortaleza, 1998.

11 SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores associados, 1996. p.48.

A família pobre não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo; configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos.

São redes de grandes famílias que acabam absorvendo relações de vizinhança, trânsito de pessoas no interior das casas, que apenas “dão uma mãozinha” na resolução de problemas e membros rotativos, como no caso dos padrastos. Assim sendo, a natureza privada e íntima da instituição família se modificou, assumiu novas faces e contornos, permanecendo paradoxalmente intacta, como instância pura e homogênea, apenas em nível imaginário¹². São essas portas e janelas que se abrem no campo das relações familiares e que acabam dando visibilidade ao fenômeno, até então silenciado, do abuso sexual de crianças e adolescentes.

A discussão sobre o abuso sexual toma a cena brasileira, revelando uma violação relativa à esfera íntima, espaço da casa, da família e da privacidade. Essa visibilidade e mobilização em torno do fenômeno provoca, entre outras iniciativas, a criação do Projeto Sentinela:

O Programa Sentinela foi implantado no País após a criação do Plano Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, elaborado por cerca de 140 instituições da sociedade civil e do governo federal¹³.

Como será abordada no tópico seguinte, a identificação de casos de abuso sexual, de certo modo, acabou tomando a cena das iniciativas da intervenção no campo da violência sexual durante a primeira década deste século, ficando em segundo plano a visualização das dinâmicas de inserção de meninos e meninas nas redes de exploração sexual comercial. Verifica-se que, nos próprios documentos que versam sobre o Programa Sentinela, o objeto mais destacado é relativo ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, intra e extrafamiliar.

As diversas formas de violência, às quais a população infantojuvenil é submetida, revelam um quadro dramático de privação de direitos elementares como moradia e alimentação. A violência intrafamiliar, especificamente, tem, entre outras causas, a violência social, que impõe a desigualdade entre as classes, gerando a pobreza e a miséria. No entanto, a violência

12 O Disque Direitos Criança e Adolescente da Prefeitura Municipal de Fortaleza registrou que, de 2.985 denúncias efetuadas em 2009, 1.200 eram relativas à família (maus-tratos, negligência, abandono, falta de acompanhamento familiar, conflito, entre outros).

13 Disponível em: <http://74.125.93.132/search?q=cache%3A_P0EkhM5N-cj3Awww.buscalegis.ufsc.br%2Frevistas%2Findex.php%2Fbuscalegis%2Farticle%2FviewFile%2F32859%2F32051+projeto+sentinela+governo+federal&hl=pt-BR&gl=br>.

não se restringe à privação de recursos materiais para a sobrevivência, revela-se também nos abusos sexuais, espancamentos e negligências, que têm como aliado o silêncio da família.¹⁴

Curiosamente, havia maior banalização e sombreamento do fenômeno que podia se apresentar à luz do dia, em locais de tráfego, lazer e de intensa sociabilidade: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Desse modo, as ocorrências de abuso sexual acabaram ganhando o espaço central das ações relativas a esse campo de enfrentamento. Algumas razões poderiam ser apontadas com a finalidade de se compreender a relativa “invisibilidade” do fenômeno.

A primeira delas diz respeito à própria conceituação do termo exploração sexual e sua diferenciação da nomeação prostituição infantojuvenil. De acordo com Benedito dos Santos (2007), essa mudança de terminologia ajudou a criar uma zona de indefinição do conceito:

O movimento social em defesa dos direitos da criança e do adolescente do final dos anos 80 e início dos anos 90 (nacional e internacional) é responsável pela visão que transforma prostituição infantojuvenil em “exploração sexual”.¹⁵

Verifica-se a produção de uma variada gama de terminologias para a percepção de uma mesma problemática. De modo geral, em um nível mais acadêmico, insiste-se na manutenção do termo prostituição infantojuvenil; no âmbito dos movimentos e das políticas públicas, utiliza-se o termo exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, ao passo que os sujeitos que vivenciam o fenômeno se referem a ele como o ato de “fazer programa”.

Pode-se afirmar que o segundo ponto de sombreamento do conceito é relativo à confusão e à dificuldade de discernimento, por parte da sociedade como um todo, das diferenças entre os termos abuso e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCA). No geral, ao se remeter ambas as situações como ocorrências relativas ao campo da violência sexual, na tentativa de não discriminar os sujeitos envolvidos, acabou-se obscurecendo as especificidades do fenômeno.

Verifica-se que as instituições, ao não desenvolverem mecanismos de diferenciação de ações pensadas e planejadas para esse segmento específico, fincam-se, no geral, em objetivos concorrentes ao “segmento em situação de risco” como um todo: “tirar os meninos da rua, resgatá-

14 Idem.

15 Santos, Benedito Rodrigues dos. O enfrentamento da exploração sexual infantojuvenil: uma análise de situação/editado por Rogério Araújo. Goiânia: Cànone Editorial, p. 121.

los para escola e para família e lançá-los no mercado de trabalho”. Mesmo as entidades que se voltam de modo mais específico para esse segmento, onde a dimensão com o trabalho relativo ao “resgate de autoestima” torna-se ponto central, destacam como objetivo geral da experiência desenvolvida: “proporcionar aos adolescentes condições de desenvolver suas potencialidades, numa dimensão educativa em busca da defesa de seus direitos”. Os adolescentes em situação de prostituição tornam-se indiferenciados no amplo campo dos adolescentes em geral.¹⁶

O temor de estigmatizar, de rotular crianças e adolescentes em processos “peculiares” de desenvolvimento, como preconiza o ECA, acabou projetando para o campo denominado de “vulnerabilidade” uma gama de sujeitos diversos, com percursos de vida e histórias de violação, também, fundamentalmente diferenciados. Por fim, como a ESCA exige tanto para os pesquisadores como para os agentes de políticas públicas uma percepção acurada dos fluxos da cidade, de suas formas de uso do espaço urbano, das várias esferas do lazer e da ampliada indústria do divertimento. As cidades tanto exibem assim como ocultam as tantas dores e violações vivenciadas por crianças e adolescentes nos seus itinerários nas ruas. Sendo assim, o fenômeno parece ficar esmaecido e embaralhado diante do ritmo frenético das grandes cidades.

Observa-se, nas redes de exploração que se dinamizam nos espaços das ruas, que fica difícil para os olhares dos passantes diferenciar o aliciador, o agenciador, o cafetão, os mediadores e a menina e menino em situação de exploração sexual. Além disso, verifica-se que a intensificação do turismo no Brasil, mais especificamente nas cidades litorâneas, acabou, principalmente entre anos 80 e 90, expondo o corpo das mulheres como “beleza natural” e atrativo para turistas, de todos os pontos do planeta.¹⁷

Meninas passam a se exibir, em locais favoráveis à exploração sexual, com roupas e acessórios de mulheres adultas; tentam driblar como podem os olhares de julgamento e as ações de repressão; intensificando, ainda mais, as possibilidades de identificação das situações de exploração:

Além do turismo sexual, relacionado ou não a este, a comercialização da exploração sexual de crianças e adolescentes aparece nesta região por meio das casas de drinques, boates e recintos de diversão noturna, em geral, que agenciam a prostituição infantojuvenil. Nessas casas, escamotear as idades das meninas é uma prática comum, para que não se configure a prostituição de menores. A ajuda e/ou a convivência de policiais também são citadas nessa forma de comercialização.

16 DIOGENES, Glória. Criança infeliz. Fortaleza, 1998.

17 GOMES, Romeu. O corpo na rua e o corpo da rua: a prostituição infantil feminina em questão. São Paulo: Unimarco, 1996.

As conexões rua e casa, família e turma, trabalho e lazer se imbricam de tal forma que se torna cada vez mais complexa a identificação e a reversão das situações de ESCCA. Além disso, os modos de apropriação que esses meninos e meninas fazem das ruas, suas táticas de ocupação do espaço, as artimanhas utilizadas para destacar seus corpos e atrair a atenção pública assumem feições bem diversas dos modos usuais e normatizados daquilo que significa viver e usar a cidade. A lógica do deslocamento sobrepõe-se às ações de natureza fixa e sedentárias que têm moldado as formas de vida nos espaços urbanos.

Como a casa é de rua, o esgarçamento dos limites é mais acentuado. O espaço é, ao mesmo tempo, global e fragmentado, feito de aqui e lá, no mesmo tempo de agora. A ideia de deslocamento está, pois, nos discursos e nas próprias casas.¹⁸

Além das faces diferenciadas de atuação nos espaços urbanos, a ESCCA assume configurações culturais também diversas, modificando-se geograficamente e projetando nuances e contornos multifacetados no cenário brasileiro:

Em síntese, os discursos mostram não apenas a existência desse fenômeno, mas também as características particulares que assumem em decorrência das singularidades sociais e culturais de cada região. Dessa forma, é possível dizer que a prostituição infantil e juvenil, principalmente no Nordeste, está associada ao turismo sexual; na Região Norte, aos garimpos e regiões fronteiriças; nas grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, à vida noturna e prostitucional; na rica Região Sul, às quadrilhas especializadas em traficar e prostituir crianças/adolescentes.¹⁹

As faces diversas da ESCCA produzem conceituações múltiplas do fenômeno, produzindo esforço exaustivo de pesquisadores, militantes, pensadores na tentativa de melhor precisar os desenhos e as fronteiras das dinâmicas de exploração sexual. Na tentativa de situar o leitor, serão destacadas neste tópico, por meio de uma leitura das pesquisas e reflexões efetuadas pelo pesquisador Vicente Faleiros, de forma simplificada, as diferenciações identificadas²⁰ nas situações de abuso e de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes:

18 WALT, Ivete Lara Camargos. Corpus rasurado: exclusão e resistência na narrativa urbana. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; Autentica, 2005. p.34.

19 SOUSA, Sonia Margarida Gomes. Uma análise psicossocial do discurso de depoentes da Comissão Parlamentar de Inquérito. 2001. p. 61.

20 FALEIROS, Vicente de Paula. Algumas questões sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. Belem, Polêmica, v. 1(2), p.7-20, 1997.

_____. Fundamentos e políticas contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Brasília: CECRIA; MJ, 1997.

_____. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. Brasília: CECRIA, Oficina de Indicadores, 1998.

ABUSO

CRIANÇAS DE ATÉ 12 ANOS
 ENVOLVEM ATÉ MESMO BEBÊS
 SÃO PESSOAS DE CONFIANÇA DA VÍTIMA
 NORMALMENTE, OCORRE NA CASA E NAS CIRCUNVIZINHANÇAS
 O AUTOR, GERALMENTE, ATUA SOZINHO

EXPLORAÇÃO

FORA DA RESIDÊNCIA
 TRANSAÇÃO COMERCIAL
 NÃO NECESSARIAMENTE MONETÁRIA, ESCAMBO
 ENVOLVEM ADOLESCENTES
 IMBRICADA À LÓGICA DO LAZER, À CULTURA DO ENTRETENIMENTO
 EXERCE-SE EM REDE
 SEGUE A LÓGICA DOS FLUXOS URBANOS
 TEM O CORPO COMO VITRINE E MERCADORIA

O abuso e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes têm a cidade como território e o corpo como lugares emblemáticos de violência. Uma violência que se deve ler por entrelinhas. Pelas marcas, cicatrizes, sinais quase sempre não verbais; pontuda por sentimentos capitais²¹ que quase sempre falam por meio de indícios, de silêncios que dizem por si.

Que sentimentos produz uma paisagem de emoções capazes de produzir um quadro figurativo que retrate a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Fortaleza? Não é tarefa simples limitar o abismo que tantas vezes parece se abrir, no pensamento, entre indivíduo e sociedade. (Elias, 1994, p. 29). O indivíduo não deve ser tomado como instância não representativa do que denominamos sociedade. O enlace de sentimentos que se cruzam, se repetem e se expressam dentro do mesmo campo de vivência produz um repertório diferenciado de emoções e uma interligação entre os mesmos que aqui vamos denominar de paisagem de emoções.

São essas emoções, esses sentidos atribuídos ao vivido, ao desejo frustrado, ao desejo atendido que irão municiar todos aqueles fazedores do ViraVida, em palavras, ações e pensamentos.

21 Ver Glória Diógenes, org. "Sete Sentimentos capitais".

Durante a Pré-Conferência preparatória para o Congresso Mundial, realizada em Brasília, a professora e pesquisadora Maria Lúcia Leal, por meio de uma palestra, afirmava a necessidade de se partir da escuta, das trajetórias e dos mundos de vida de meninos e meninas:

Não conseguimos compreender o ponto de vista de quem vive a problemática. O que cada ator pensa e vive nesse campo de análise. Não é o campo de enfrentamento que mais deve direcionar o nosso olhar, e sim as experiências dos atores.

A exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes é um conceito, uma abstração resultante de uma reflexão e de uma experiência. É preciso cada vez mais saber escutar relatos que identificam o que desejam e o que pensam esses meninos e meninas. São eles que sabem, são eles e elas que vivem; esses conceitos são lanternas que iluminam a visão; são centelhas que permitem circular os códigos dos encontros. O resto só conversando, só deixando adentrar em nossas experiências o outro distante que habita o nosso próprio mundo, o outro que não somos nós. É isso que faz a vida virar, a do educador, do gestor e dos que experimentam possibilidades de outras vidas.

4. A exploração sexual no Brasil: breve histórico das estratégias de enfrentamento e o papel do ViraVida

A exploração sexual é uma das piores formas de violação dos direitos humanos de nosso tempo. O fenômeno se perde por meio dos tempos. Porém, a visão mais nítida do problema é recente. Foi necessário amplo processo de construção de uma agenda de direitos e de mobilização de movimentos nas esferas da vida cotidiana para que um fenômeno sombreado por décadas ganhasse destaque na cena pública. Nos anos 80, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) advertia e lançava um brado nacional denunciando a exploração sexual no Brasil. Pode-se afirmar que o alerta do MNMMR ecoou de forma mais impactante no movimento de mulheres, inicialmente do que no âmbito das políticas públicas. Em 1993, o Coletivo Mulher Vida, a Casa de Passagem e o Cedeca-Bahia, organizações não governamentais localizadas em metrópoles do Nordeste, sistematizaram e deram corpo e visibilidade às denúncias de exploração sexual.

Um acontecimento significativo marca o final dos anos 80, a criação do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA). É nesse momento, e mais especificamente com a promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em julho de 1990, que crianças e adolescentes deixam de se constituir como sujeitos passivos, sem direito à vez e voz na esfera pública, e passam a ser identificados como sujeitos de direito. De certo modo, observa-se, até mesmo por meio dos meios de comunicação de massa, uma reação curiosa: os meninos e meninas que já haviam rompido o sagrado manto de proteção da família, que nomadizavam nas ruas, que sofriam maus-tratos e abuso passaram a ser percebidos a partir de novas representações. A ideia idílica da família “como refúgio num mundo sem coração”²², como lugar sagrado da proteção começa a ser redefinida e assume novas conotações.

Nos anos de 1993 e 1994, uma CPI na Câmara Federal oficializa denúncias de organizações da sociedade civil acerca do então denominado fenômeno da prostituição infantojuvenil no Brasil. Esse fato culmina com a deflagração, em julho de 1995, da campanha nacional pelo fim da violência, exploração e abuso sexual em parceria com entidades de envergadura nacional: Central Única dos Trabalhadores (CUT), MNMMR, o Fórum DCA, a Casa Renascer em Natal (Rio Grande do Norte), entre outras.

22 Christopher Lasch.

O Brasil vai caminhando em passos acelerados para tentar aplacar dores e silêncios negligenciados, afinal de contas, a dívida social em relação a crianças e adolescentes em situação de violência sexual se avolumou nos anos de sombreamento do problema e assumiu amplas proporções no cenário nacional. Desse modo, logo em abril de 1996, é realizado um evento preparatório para o I Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Estocolmo. Esse congresso projeta a importância da mobilização governamental e da sociedade civil frente à violação de direitos da criança e do adolescente, além dos Planos Nacionais de Erradicação do Trabalho Infantil e do Direito à Convivência Familiar e Comunitária.

No mês de junho de 2000, no Encontro de Natal, foi pactuado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil. No mesmo ano, o Plano foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) como marco comemorativo aos 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Plano Nacional constrói uma estratégia efetiva para construção de políticas públicas e norteia a efetivação de uma Rede de Proteção Integral:

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil é um instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes que pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual²³

Isso significa dizer que cada Estado da federação, cada município tendo por base as diretrizes do Plano Nacional, por meio dos Fóruns Estaduais e Municipais, deve mobilizar, articular e conceber seus planos específicos. O Plano Nacional estrutura-se em torno de seis eixos estratégicos, devidamente relacionados, um por um, com objetivos, metas, ações, prazos e parcerias. Os eixos assinalados no plano são: Análise da Situação, Mobilização e Articulação, Defesa e Responsabilização, Atendimento, Prevenção e Protagonismo Infantojuvenil.²⁴

Fundamentalmente, o Plano Nacional de Enfrentamento sinaliza e tenta consolidar as diretrizes relativas à necessidade de integração das políticas contidas no próprio Estatuto e a atuação em Rede:

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil tem como referência fundamental o Estatuto da Criança e do Adolescente e reafirma os princípios da proteção

23 Disponível em: <http://74.125.93.132/search?q=cache%3A1vwJ0j1HG5sJ%3Aportal.mj.gov.br%2Fsedh%2Fct%2Fconanda%2Fplano_nacional.pdf+%22Plano+nacional+de+enfrentamento%22&hl=pt-BR&gl=br>.

24 É fundamental que os coordenadores, operadores e facilitadores do ViraVida leiam, discutam e atuem tendo por base as diretrizes dos Planos Nacionais, estaduais e municipais.

integral, da condição de sujeitos de direitos, da prioridade absoluta, da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, da participação/solidariedade, da mobilização/articulação, da gestão paritária, da descentralização, da regionalização, da sustentabilidade e da responsabilização²⁵.

Logo após o lançamento do Plano Nacional, uma Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Pestraf) foi realizada em 2002 e mapeou 241 rotas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Em 2003, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o então Ministério de Assistência Social, hoje Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a USAID e a Partners of the Americas elaboram o Programa “Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro” (PAIR). O programa teve como marco conceitual o artigo 86 do ECA e como referência metodológica o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil.

Os objetivos estratégicos do PAIR são:

- Integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho, entre governos, sociedade civil e organismos internacionais, visando o desenvolvimento de ações de proteção a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas de violência sexual e tráfico para fins sexuais; e,
- Desenvolver metodologias exitosas de enfrentamento a violências sexuais contra crianças e adolescentes, que possam ser estendidas para outras regiões brasileiras, a partir de ações referenciais de organização, fortalecimento e integração dos serviços locais, possibilitando a construção de uma Política Municipal de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, assegurada a participação social na construção dos processos.²⁶

Observa-se que, tanto no Plano Nacional de Enfrentamento, assim como no PAIR, as ideias relativas à integração de políticas e construção de uma agenda comum de trabalho assumem a centralidade das iniciativas. Ministérios são mobilizados em nível nacional, secretarias estaduais e municipais que desenvolvem políticas sociais básicas, assim como Conselhos de Direitos, Juizados da Infância, Defensorias, Ministério Público e Conselhos Tutelares para que atuem de modo unificado.

25 Disponível em: <http://74.125.93.132/search?q=cache%3A1vwJ0j1HG5sJ%3Aportal.mj.gov.br%2Fsedh%2Fct%2Fconanda%2Fplano_nacional.pdf+%22Plano+nacional+de+enfrentamento%22&hl=pt-BR&gl=br>.

26 Disponível em: http://www.foncaij.org/dwnld/ac_apoio/politica_nacional/violencia_exploracao/pair/pair.pdf

Passada uma década da criação do Plano Nacional de Enfrentamento e, de modo geral, o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes ainda não havia envolvido no Brasil todas as forças sociais, políticas e econômicas para o enfrentamento do fenômeno. Observa-se ainda em relação ao atendimento que, quando se tratava de oferecer oportunidades concretas de superação da situação de exploração sexual, a fragilidade desse eixo ficava patente. Nesses dez anos, a quase inexistência de programas de ações estruturais, isto é, de geração de emprego, renda e profissionalização, parecia fazer transbordar, feito sangria, os esforços de todos os eixos estratégicos que compunham os referidos Planos. Importante salientar que no ano 2000, quando da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, no eixo Atendimento, registrou-se a seguinte meta: "Incluir, prioritariamente, crianças e adolescentes em situação de violência sexual e suas famílias nos programas de saúde, educação, renda mínima, erradicação do trabalho infantil, cursos de educação profissionalizante, geração de emprego e renda, microcrédito e outros de inclusão social".

Provavelmente, aqui se identifica o ponto nevrálgico de tensão, já assinalada, no primeiro tópico, relativa à condição juvenil proveniente de segmentos mais vulneráveis e às reestruturações do mundo do trabalho.

Como assinala Paul Singer, "a grande massa dos desempregados são jovens, isso é a parte mais trágica. São jovens que nunca conseguiram emprego. Como está sobrando gente e faltando trabalho, eles exigem experiência prévia, coisa que os jovens não têm. O desemprego da juventude é o dobro da média"²⁷. Deve-se ressaltar que crianças e adolescentes em situação de exploração sexual inserem-se, segunda a OIT, na pior e mais degradante forma de trabalho infantil. A exploração sexual comercial, além de uma violação de direitos, representa uma estratégia de sobrevivência que exacerba princípios da própria lei do mercado: tudo tem seu preço. Representa também um grito mudo de segmentos que perderam tanto, foram tão violentados e maltratados que resta apenas o corpo como legado de vida. Sendo assim, a inserção na exploração sexual expressa quase uma não escolha, combinada a um sentimento de recusa e rebeldia.

É nesse esteio que o ViraVida adentra, dá suporte e qualifica o eixo de atendimento relativo ao Plano Nacional. Não apenas oferece alternativas concretas de profissionalização e empregabilidade, como também parte dos sentimentos advindos das recusas, da inacessibilidade ao trabalho, das negações e da resistência própria do segmento juvenil, e transmuda esse campo de resistência em escolha e oportunidade.

²⁷ SINGER, Paul. Entrevista. *Jornal O Povo*, 24 set. 2006. Cidades feitas de fluxos, em trânsito permanente, sistema de interfaces. Fraturas que esgarçam o tecido urbano, desprovido de rosto e história. (p. 13) Brissac.

A partir dessa perspectiva é que o Sistema S, aliado a outros organismos e parceiros estratégicos, identifica a necessidade da construção de uma proposta de natureza estruturante, baseada em um novo paradigma de enfrentamento à exploração sexual de adolescentes no Brasil. E é sobre os signos que compõem esse novo paradigma que nos deteremos no próximo tópico.

5. ViraVida – transversalidade, complexidade e diversidade: um novo modelo de política pública para a juventude

A transnacionalização dos mercados e o incremento das inovações tecnológicas fizeram ruir os muros e as fronteiras nacionais e industriais no Brasil e no mundo. Os novos desenhos na economia produzem extensiva rede de trocas, de comunicação e de produção em cadeia para além das configurações e limites territoriais. As distâncias sociais em um país como o Brasil, embora tenham se alargado, projetam uma alteração no campo das desigualdades sociais:

os setores excluídos compartilham um modo de vida moderno. Tudo se anexa, se assemelha, muito embora as contradições e toda a sorte de explorações assumam faces mais cruéis, complexas e até mesmo invisíveis.

Desse modo, o Brasil atravessa o desafio de cumprir uma agenda de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, eliminar o inaceitável déficit social acumulado ao longo de séculos e que, nas últimas décadas, tem atingido de forma mais marcante a integridade física e mental de crianças e adolescentes. São mudanças em pleno andamento e que influenciam, de maneira decisiva, a atual e futura posição do Brasil no cenário mundial e a construção de uma relativa coesão interna capaz de instaurar um clima de estabilidade e produção de pactos sociais.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, como já ressaltada nos tópicos anteriores, representa o mais eloquente dos retrocessos no cenário brasileiro, e não interessa se projetar um tipo de desenvolvimento econômico apartado das iniciativas de viabilização da proteção integral de nossas crianças e adolescentes. Diante do esforço diagnóstico e do mapeamento do problema no território brasileiro, assim como de suas estratégias de enfrentamento, o Sistema S identificou o êxito de algumas iniciativas, o esforço desmedido de outras, a insistência e os vários investimentos na articulação e fortalecimento de redes locais de enfrentamento, e identificou, também, alguns pontos de fragilidade e de estrangulamento nos vários âmbitos de enfrentamento da ESCCA.

Além do vácuo, já ressaltado no tópico anterior, em relação a iniciativas estruturantes no eixo de Atendimento, oportunizando de forma concreta a educação profissional e o primeiro emprego para jovens em situação de vulnerabilidade, existe algo, ainda mais significativo, que diz respeito à própria dinâmica de construção e efetivação de uma política pública para esse segmento diante das reordenações no mundo do trabalho e da economia. Manuel Castells sintetiza de forma precisa esse novo cenário²⁸:

28 CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.39-40.

O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital vis-à-vis o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão de capital.

O autor acima citado considera que nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a rede e o ser. Sejam redes econômicas, redes sociais, redes formadas por jovens que se integram aos campos da exploração sexual, redes de exploradores, entre tantas outras. Não é por acaso, conforme já analisado, que o Programa Sentinela, o Plano Nacional de Enfrentamento à ESCCA, assim como o PAIR foram pensados e operacionalizados para atuar e fortalecer, também, redes de promoção e de construção de direitos. Desde o início, os formuladores e executores do Programa ViraVida estavam convencidos da necessidade de o Sistema S vir a reforçar o Sistema de Garantia de Direitos de cada município e o trabalho já realizado pelos Fóruns Municipais de Enfrentamento, além de potencializar as ações relativas ao eixo de atendimento previstas tanto nos planos nacionais quanto locais. Como se diz no jargão popular, o ViraVida não tinha a pretensão de inventar a roda, mas de fazê-la girar com mais potência e agilidade.

A história que aqui se conta ganhou novos rumos. Na medida em que o ViraVida acionava, mobilizava e cerzia a participação efetiva de parceiros que, antes, pouco haviam adentrado qualquer um dos eixos que compunham o Plano Nacional, de planos municipais de forma direta e sistemática, o ViraVida produzia um novo desenho na construção de uma política pública voltada para enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e produzia novos paradigmas. Esse novo modelo de gestão, ao contrário de ter sido concebido em gabinete, é resultante do próprio percurso do ViraVida dos processos e das tentativas de viabilização dessa política. Por isso, ele assume uma natureza “transversal”.

A transversalidade, diferentemente da tão propalada interdisciplinaridade, implica movimento, uma condensação de forças e de iniciativas a partir dos fluxos e dos nós que compõem os encontros e as ações em torno de um mesmo objetivo. Isso significa dizer que aproxima os

diferentes e possibilita que isso aconteça tomando-se por base flexibilizações, construções de uma ação compactuada entre diferentes em torno de um acontecimento provocado por todos. Sendo assim, pode-se dizer que o ViraVida é um acontecimento que mobiliza todo o Sistema S; e, por guiar-se pela lógica do movimento, ao contrário de engessar, burocratizar suas ações produz ressignificações do conjunto das políticas, dentro do próprio Sistema, para o enfrentamento do fenômeno. Desse modo, efetua uma ação de natureza transversal.

O conceito de transversalidade²⁹ foi utilizado pela primeira vez pelo francês Félix Guattari, juntamente com o também filósofo Gilles Deleuze. A partir de uma releitura desses filósofos, Bareil³⁰ delinea o conceito da transversalidade,

[...] é um conceito andarilho, no interior como no exterior de uma disciplina qualquer. Muda as passagens, os caminhos, nos quais se desloca, e sem dúvida ele próprio muda com elas, sem, no entanto, perder sua identidade. Os conceitos andarilhos assumem assim uma função de junção e superposição do específico e do universal.

A partir de suas andanças, na construção de projetos pilotos em Fortaleza, Natal, Recife e Belém, o ViraVida não apenas constrói uma política em movimento, a partir das dinâmicas, culturas e realidades locais, como também provoca uma readequação e uma nova conjunção de forças em todo o Sistema S da tentativa de consecução do projeto. O ViraVida constitui sua política a partir da conjunção e estruturação de uma combinação de fatores: perfil e demanda dos meninos e meninas em situação de exploração sexual comercial, situação local do mercado de trabalho, expertises e competências técnicas dos departamentos regionais e de todas as instituições que compõem o Sistema S e situação da Rede local de Enfrentamento. Em muitos casos, torna-se necessária adequação do Sistema, seja na oferta de cursos, seja no ajuste do filtro escolaridade, seja na sensibilização de seus professores com a finalidade de viabilizar a implantação local do projeto. Por onde anda, o ViraVida ajusta suas concepções, seu ideário inicial e, concomitantemente, provoca um sopro de mudança e abertura institucional dentro do Sistema S.

Assim sendo, o ViraVida produz um novo modelo de política pública, tendo por base o pressuposto da transversalidade:

A noção de transversalidade sugere que o conhecimento atravessasse as estruturas, rompendo hierarquias de conteúdos, de disciplinas, organizações de instituições”. Isso implica questões

29 GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

30 BAREIL, Yves. *Propos de travers ou de la transversalite*. In: SFEZ, Lucien. *Dictionnaire critique de la communication*. Paris: Puf, 1989.

organizacionais – de como as práticas se estruturam – e questões políticas – de desconcentração de poder. Na transversalidade todas as ideias e conhecimentos são válidos, e todas as ações são importantes, embora algumas possam ser mais complexas que as outras. Portanto, esse tipo de ação facilita a descentralização e a horizontalização, permite a conexão confronto interinstitucional e intrainstitucional, permite a comunicação entre os diferentes membros de cada grupo e entre os diferentes grupos, possibilita a produção do conhecimento compartilhado e a solidariedade entre grupos.³¹

A transversalidade emerge como espaço de novas possibilidades, como âmbito da construção e potencialização de amplas redes, agregando numa mesma política ações de natureza pública, da esfera privada e do campo dos movimentos sociais. Torna-se decorrência natural dessa transversalidade a busca de produção de desenhos de gestão mais complexos, tecidos por fios de habilidades, conhecimentos e técnicas diferenciadas. Os parceiros surgem como linhas que produzirão um mesmo desenho, uma mesma bordadura, um mesmo foco que busque atingir resultados mais amplos e eficazes. Assim, a articulação e a ação transversalizada entre instituições do Estado, organizações sociais comunitárias e setores de mercado crescem em importância estratégica.

Além da variável relativa à transversalidade, o desenho de gestão do ViraVida assume natureza baseada, também, nos princípios da complexidade. Isso significa dizer que o ViraVida é mais que um resultante da simples soma das partes, de uma simples junção das instituições que o constituem, tendo em vista que cada um dos que integram o Projeto mantém traços identitários; ele representa o encontro entre cada uma das instituições que, dessa forma, produzem por meio desse encontro outra configuração entre saberes e fazeres: o ViraVida. Assim sendo, ele é uma ação singular de feição universal:

O que é a complexidade? A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo³².

Ao unir fios que, no geral, atuavam de modo separado e produzir em todas as direções um política pública unificada, o ViraVida consubstancia o princípio primordial das ações de natureza complexa: “complexus é o que está junto, é o tecido formado por diferentes fios que

31 Disponível em: <http://docs.google.com/gview?A=v&q=cache%3ahkrah8076h8j%3awww.saude.ba.gov.br%2frbsp%2fvolume30>

32 MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1996.

se transformam numa coisa só³³. Além de desenvolver estratégias inovadoras de gestão, o ViraVida produz, tomando o último laço da bordadura do novo paradigma, ação de natureza participativa

As iniciativas desencadeadas pelo ViraVida mobilizam um processo de potencialização de jovens que até então haviam se tornado reféns de uma ordem social que tem violado os seus direitos, que silencia projeções de futuro e visões positivas de si e do mundo. A participação no processo de gestão opera a passagem de uma situação de dominação, de subjugação para a construção da autonomia, tecida por meio do desenvolvimento de competências, da percepção do fazer parte de uma rede de proteção e promoção de direitos e do processo de solidificação de um sentimento que pertença ao mundo do trabalho e à cidade.

Por tais razões, como poderemos identificar no segundo tomo deste livro, o ViraVida possibilita que se teça de dentro para fora do Sistema S, de modo aberto e fechado, uma ação de natureza transversal, de desenho complexo e cujo moto contínuo vai se consubstanciar no âmbito da participação e na construção da autonomia de adolescentes e jovens em situação de exploração sexual comercial. Transversalidade, complexidade e construção da autonomia, são essas as variáveis do trinômio que dá suporte e inspira a construção do novo paradigma de política pública: o ViraVida.

33 Idem.

COMO FAZER CRESCER O VIRAVIDA

1. Entrelinhas II

A segunda parte deste livro move-se pelo desejo de compartilhar, da forma mais objetiva e didática, os passos já trilhados e as metodologias construídas ao longo das experiências efetuadas pelos quatro projetos pilotos do ViraVida: Fortaleza, Recife, Natal e Belém. No geral, os manuais técnicos relativos a processos de criação de políticas públicas assumem feições frias, esquemáticas, excluindo-se aspectos de natureza mais explicativa. Sendo assim, até mesmo por se projetar como uma experiência pioneira e de caráter inicial, os tópicos seguintes, relativos à aplicação da experiência do ViraVida, ganham sentido mais objetivo, mais prescritivo, mais simplificado, na tentativa de atingir amplitude maior de compreensão e de aplicabilidade da metodologia do Projeto.

Esses registros devem ser percebidos como sistematizações de experiências que inspiram e sinalizam novos passos a serem efetuados por outras iniciativas de consecução do ViraVida. Temos aqui mapas indicativos de caminhos que provavelmente deverão, em outras instâncias, agregar variáveis de natureza diversa e ampliar as possibilidades aqui apontadas. Cada ViraVida deverá mesclar-se à conjuntura política local, à rede de parceiros do Sistema S e da sociedade civil e adequar-se à cultura e às potencialidades econômicas do cenário no qual ele se inscreve.

Houve também a preocupação, neste segundo tomo, com a utilização de uma linguagem mais concisa, como frisa Ítalo Calvino, balizada pelo princípio da exatidão, como o justo emprego da linguagem, que permite:

“O aproximar-se das coisas (presentes ou ausentes) com discrição, atenção e cautela, respeitando o que as coisas (presentes ou ausentes) comunicam sem o recurso das palavras.”³⁴

Aproximar-se das coisas com atenção mobiliza, além da exatidão e da objetividade, o silêncio de algumas outras palavras que deverão emergir nos novos processos de consecução de ViraVida. Por isso, esta segunda parte tanto é polifônica, uma vez que foi construída a partir da colaboração de técnicos, coordenadores e docentes³⁵ envolvidos nos primeiros pilotos, como também deixa espaço para que outras falas ecoem nessa trilha.

34 CALVINO, Ítalo. Seis propostas para o próximo milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

35 Antonio Elísio Celestino Silva, Bruna Braga Lima, Catarina Borges Sabino, Cleude Gomes, Denise Nobre Pontes, Eliane Lopes de Noronha Campos, Gilson de Medeiros Costa, Gislenne Assis de Araújo, Gleicelene Lima de Abreu, Isabel Cristina da Silva Teixeira, Josilene Soares da Silva, Marcelo Dantas, Maria do Carmo Silveira, Maria Oirta, Maria José Andrade, Marisa Lourenço, Michael Groarke e Monica Quintas d’Able Silva.

2. Articulação de parcerias e formação de redes

A inserção econômica e social das populações vulneráveis, mesmo após a denominada era dos direitos, ainda representa grande desafio para os governos, para a iniciativa privada e para a sociedade em geral. Verifica-se cada vez mais que os meios e instrumentos para viabilizar essa inserção são de difícil implementação, pois a concentração de recursos, as relações e dobras de um poder que centraliza decisões e que se fecha dentro dos seus próprios muros têm moldado as estruturas e diretrizes de empresas públicas e privadas. Esse quadro vai, pouco a pouco, confrontando-se com o impacto causado pela promulgação da Constituição Cidadã, pelas demandas e conquistas de novos direitos e com os contornos fechados e normativos do campo institucional. Assim, como ressalta Maria Vitória Benevides:³⁶

Temos uma bela constituição social, o que, sem dúvida, representa avanço considerável em relação à história de um país regado com sangue de escravos. No entanto, ainda hoje, a realidade brasileira explode em violenta contradição com aqueles ideais proclamados. Sabemos todos que vivemos num país marcado por profunda desigualdade social, fruto de persistente política oligárquica e da mais escandalosa concentração de renda. E, hoje, ainda sofremos um processo de negação dos direitos sociais arduamente conquistados, na medida em que prospera a defesa de um 'Estado mínimo', que abandona o povo à sua sorte e que reduz a cidadania às liberdades civis e políticas, mantendo, em contrapartida, os privilégios dos 'de cima' e a brutal carência de direitos dos 'de baixo'.

A transição democrática pôs em confronto instituições de feições conservadoras, resistentes a processos de mudança, com forte teor de rigidez institucional, e forças transformadoras, de natureza aberta e participativa. Torna-se quase incompatível a combinação entre promoção de direitos sociais e crescimento econômico. O impasse cria uma tensão, durante as três últimas décadas, que poderia ser sintetizada na forma como expõe Norbert Lechner:

No umbral do século XXI, a América Latina enfrenta um dilema de optar pela modernização, aceitando a exclusão de amplos setores da população, ou privilegiar a integração social mesmo com o risco de permanecer à margem do desenvolvimento econômico mundial.³⁷

Nos países em desenvolvimento, segundo o PNUD, as instituições ainda se caracterizam pela burocracia, falta de transparência nas relações e outras heranças do autoritarismo. Por isso,

³⁶ Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:TGjWU9MnDMkJ:www.hottopos.com/vdlettras3/vitoria.htm+di+reitos+sociais+no+brasil&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>.

³⁷ Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=YC1wwPoM76AC&pg=PA1&source=gbs_toc&cad=1#v=onepage&q=&f=false

nem sempre se movem em direção às camadas excluídas³⁸. No campo intelectual, há consenso quanto a estratégias que levem nessa direção, como participação, autonomia, descentralização, integração de ações e controle social; enquanto que no campo dos movimentos sociais, com a presença dos setores excluídos em ações políticas, delineiam-se novas tentativas de transposição das esferas de desigualdade e violação de direitos.

A tensão entre a esfera das ações restritas ao âmbito do governo e o campo dos movimentos sociais tem provocado processo de ampliação e “complexificação” das políticas públicas. Torna-se evidente, então, a natureza limitada da solução de conflitos sob a capa das relações assimétricas e concentradoras de poder em instituições que atuam separadamente e “de costas” para as demandas sociais. Funda-se a necessidade de ações pautadas pelo princípio da transversalidade³⁹, que surge como espaço de novas possibilidades, como ambiente de construção e potencialização de redes, agregando numa mesma política ações de natureza pública, da esfera privada e do campo dos movimentos sociais. Assim, a articulação entre parceiros e a construção de uma ação transversal entre instituições do Estado, organizações sociais comunitárias e setores de mercado crescem em importância estratégica.

O segmento juvenil figura como ator emblemático⁴⁰ de uma sociedade que parece se balizar por uma demarcação do tempo, das dinâmicas de vida em grupo, das formas de uso da cidade desconectadas dos ritos das instituições em geral. A lógica institucional distancia-se das esferas de vida. A natureza monolítica e homogênea das ações estatais se diferencia, sobremaneira, das dinâmicas juvenis, como assinala Melucci⁴¹:

Adolescentes pertencem a uma pluralidade de redes e de grupos. Entrar e sair dessas diferentes formas de participação é mais rápido e mais frequente do que antes, e a quantidade de tempo que os adolescentes investem em cada uma delas é reduzida. A quantidade de informação que eles mandam e recebem está crescendo em um ritmo sem precedentes. Os meios de comunicação, o ambiente educacional ou de trabalho, relações interpessoais, lazer e tempo de consumo geram mensagens para os indivíduos que, por sua vez, são chamados a recebê-las e a respondê-las com outras mensagens.

38 Desenvolvimento Institucional e Articulação de Parcerias para o Desenvolvimento Local – BNDES- PNUD (vários autores).

39 Transversalidade é uma conceituação utilizada por Guattari no livro “Revolução Molecular”, 1981. Significa ultrapassar as fronteiras dos diferentes núcleos de saber/poder, produzindo outro grau de abertura e a possibilidade de diferenciação e invenção nas políticas públicas; tomando-se como ponto de partida as visões e tomadas de decisões dos vários segmentos implicados na construção da política em pauta.

40 DIOGENES, Glória. Cartografias da cultura e da violência. São Paulo: Annablume, 2008.

41 Disponível em: <http://189.1.169.50/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_03_ALBERTO_MELUCCI.pdf>.

É necessário que o desenho de gestão de uma política pública voltada para adolescentes e jovens em situação de exploração sexual assumam não apenas a lógica do movimento, como também a dinâmica de formação e de atuação em redes. O desafio mais significativo enfrentado pelo ViraVida não se efetuiu apenas nos campos técnicos e financeiros; o mais significativo deles diz respeito à produção de outra cultura institucional capaz de alcançar e seduzir segmentos que se encontravam distanciados desse campo institucional, de modo múltiplo e diverso, e assumir a lógica de abertura, da não fixidez e da formação de redes no seio da política. Tudo isso os próprios gestores e partícipes do ViraVida foram descobrindo passo a passo.

2.1. Os primeiros percursos

Em janeiro de 2008, ao pensar as primeiras iniciativas em direção à construção de um projeto voltado para jovens e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade, o Conselho Nacional do SESI intuiu a necessidade de buscar aliados fora da esfera de atuação da instituição. Já havia a compreensão de que nenhuma entidade, isoladamente, possuiria todos os elementos necessários para abordar com eficácia as necessidades associadas ao atendimento integral desses jovens. Também havia a percepção de que instituições do Sistema S poderiam atuar de forma cooperada e sinérgica para o sucesso do projeto.

Uma sondagem iniciada a partir da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República ampliou horizontes: o já citado Relatório da Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins Sexuais (PESTRAF), realizado pela ONG CECRIA, atuou como fonte na concepção e redação do texto base do projeto e à decisão de dirigir a Estados do Nordeste os investimentos de um projeto piloto. Com a perspectiva de desenvolvê-lo inicialmente no Estado do Ceará, o Conselho Nacional do SESI buscou a participação e orientação da Prof.^a Dra. Glória Diógenes (UFC), cujo trabalho com meninos e meninas em vulnerabilidade social já fora recomendado pela SEDH.

Foi necessário, por meio do mapeamento de um extensivo campo de discussão teórica e da análise de políticas públicas que têm como base a temática, produzir uma massa crítica, inicialmente no Conselho Nacional do SESI, em torno da proposta e, dessa forma, criar um projeto sólido e representativo de todo o Sistema S como alternativa concreta para adolescentes e jovens em situação de exploração sexual.

Buscou-se, também, reduzir o efeito do fosso existente entre o mundo corporativo e as esferas da vida cotidiana a partir de um diálogo entre representantes de entidades e organizações que

integram a Rede de Enfrentamento da Exploração Sexual e parceiros do Sistema S. Com isso foi possível conhecer códigos da cultura da população beneficiária e promover o arejamento do dialeto técnico-institucional. Ficou evidente que o esforço de se focar num segmento social de extrema vulnerabilidade prescindia do vínculo com instituições, organizações e pessoas que compartilhassem noções sobre os valores, visão de mundo, assim como das necessidades mais precípuas e expectativas desses adolescentes e jovens. A construção do ViraVida parte das experiências cotidianas, comunitárias, familiares e dos esforços de percepção da atitude e da forma como esses jovens vivem e se movimentam na cidade.

2.2. Participação e autonomia

O ViraVida, como já ressaltado anteriormente, é um processo de potencialização de jovens que se tornaram reféns de uma ordem social violadora dos seus direitos, silenciadora das projeções de futuro e visões positivas de si e do mundo. A coordenação cotidiana das ações socioeducativas e de natureza subjetivas, desenvolvidas por meio do ViraVida, opera um processo de migração da situação de dominação, de subjugação para a construção da emancipação e autonomia, por meio do desenvolvimento de competências, da percepção do fazer parte de uma rede de proteção e promoção de direitos e do processo de solidificação do sentimento de pertencer ao mundo do trabalho e à cidade.

A definição clara do propósito da parceria é pré-condição para obtenção de bons resultados. E, quanto mais profundas e amplas as ligações com a missão do ViraVida, mais sólidos os pilares da cooperação. Para selecionar os parceiros, é preciso conhecer e avaliar mútuas compatibilidades e competências. Em alguns casos, a compatibilidade plena entre as instituições pode não ocorrer de imediato, mas tende a crescer à medida que os parceiros se percebem cúmplices na construção dos caminhos do projeto e que avançam juntos, fortalecendo sintonias e identificações.

2.3. Rede de parceiros

Parceria pode ser compreendida, aqui, como o conjunto de condições que se conforma em acordo entre pessoas, empresas e/ou instituições visando a realização de ações de interesse comum; ações que devem ser pautadas no comprometimento dos parceiros, na construção de pactos e na coerência com os objetivos.

As parcerias com instituições do Sistema S ampliam os recursos aplicados no projeto, propiciando maior agilidade e eficiência aos processos, evitando sobreposições de esforços e

permitindo complementaridade nas ações com vistas ao alcance de melhores resultados. Outros grupos – como ONGs, associações de classe e instituições religiosas – integram a rede do ViraVida expressando pluralidade e diversidade de funções e iniciativas. Compartilham o interesse em construir alternativas, portas de saída para adolescentes e jovens em situação de exploração sexual e, embora não aportem recursos, unem-se à rede para produzir confiança, conhecimento, compromisso, mediação de códigos da cultura e modos de vida, aconselhamento e outras atitudes que possam ser eficazes no atendimento ao público do projeto.

O vínculo com o bairro, com a cultura, com a vida concreta evidencia a importância da manutenção da história e os percursos de vida de crianças e adolescentes que cruzam os limites da instituição. O bairro/comunidade atua como um mapa condensado de si, povoado por signos e dispositivos de construção da subjetividade dos jovens e possibilita que a instituição atue de forma mais estratégica. O território é um mapa das histórias de vida em movimento.

Os territórios são campos concretos/simbólicos produtores de sentido e de práticas específicas da prostituição infantojuvenil. O território, ao mesmo tempo em que se reporta a dimensões concretas, como o corpo e os espaços físicos espaciais, ultrapassa-os, agregando dimensões relativas aos conjuntos de relações, aos aspectos culturais e simbólicos e aos papéis desempenhados pelos atores específicos. O território é um mapa cultural.⁴²

Daí a importância de articular e se conectar em primeiro plano com as instituições que atuam diretamente com os adolescentes e jovens em situação de ESCCA, com atores que representam os mundos de vida dos segmentos atingidos pelo ViraVida. Essa parceria se intensifica e se consolida durante todo o tempo de vivência do adolescente no projeto e torna-se mais necessária ainda no momento de transição, da saída da educação profissional e entrada no primeiro emprego.

O conjunto de parceiros, cada um conforme seu perfil, sua função, é parte de um território, de um lugar simbólico e institucional. Por se tratar de uma estrutura sem desenho hierárquico, a efetividade da rede de parceiros do ViraVida resulta da coerência de ação em torno de um mesmo objetivo. O inverso torna-se também verdadeiro, isto é, quando o princípio da coerência não é colocado em prática, a existência da rede é colocada em cheque. Em outras palavras, as parcerias institucionais são criadas por pessoas que têm uma missão específica como fator de ligação e vínculo, onde não cabem, por exemplo, ações desconectadas e atitudes autocráticas. A boa gestão da parceria requer responsabilidade, organização, confiança e aprendizado

42 DIOGENES, Gloria. Criança infeliz. Fortaleza, 1998.

contínuo, no qual a confiança é o ativo intangível essencial às verdadeiras alianças. Outro elemento-chave é a comunicação, um instrumento fundamental para a construção da confiança na cooperação e efetivação da transversalidade.

As rotas de parceria, as cumplicidades, as sintonias vão sendo construídas durante o processo de implantação do projeto, cada uma das partes entreabre-se e, no encontro com as demais, identificam-se necessidades e projetam-se habilidades capazes de fortalecer as ações previstas no ViraVida.

Uma parceria eficaz produz um terreno comum de confiança necessária para que se possam empreender outras ações de transversalidade e de cooperação. Esse aprendizado redundando em um efeito multiplicador de capital social. Em suma, são necessários esforços e energias para alinhar missões, estratégias e valores, tecendo compensações em termos de solidez e sustentabilidade de aliança. Construir uma visão comum de futuro é uma poderosa ferramenta de mobilização e motivação das organizações.

2.4. Estratégias de articulação institucional

A articulação institucional não é uma fase a ser trabalhada somente no início das atividades do desenvolvimento de um projeto, e sim uma ação estruturada em três grandes etapas: planejamento, execução das ações e eventos e acompanhamento das ações desenvolvidas. A articulação institucional, no que tange à etapa de planejamento, busca atingir sinergia entre os atores locais em torno da proposta.

Trata-se da construção de acordos e compromissos quanto aos princípios, objetivos e formas de ação conjunta. Durante a fase de execução do projeto, a articulação é voltada a garantir a viabilização dos eventos/atividades e a participação ativa das instituições.

O Conselho Nacional do SESI, com todo o Sistema S, funda um chão comum. Desse modo, a dinâmica de planejamento, a agenda local e os processos criativos são conduzidos, em cada localidade, por um núcleo gestor responsável pela execução do projeto. É fundamental que as instituições e profissionais envolvidos assumam e conduzam-no como iniciativa de corresponsabilidade, que deve ser sistematicamente acompanhada e monitorada por todos que formam o ViraVida.

No quadro abaixo, estão relacionadas ações que devem ser observadas em cada etapa e, no tópico seguinte, são identificados os passos para construir e efetivar a experiência do ViraVida a partir do processo de seleção dos adolescentes e jovens.

NA IMPLANTAÇÃO	
AÇÃO	RESPONSÁVEL
Identificação das entidades que potencialmente poderão contribuir para o trabalho a ser desenvolvido, levando-se em consideração: missão, programas em andamento, área de atuação, nível de importância e influência no contexto institucional em diversas esferas, perfil do grupo gestor, da equipe técnica e qualidade das experiências vivenciadas pela instituição.	SESI/CN, SESI/DR, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente
Seminário de mobilização e sensibilização das entidades que atenderem aos requisitos condizentes com a filosofia e objetivos do projeto, para troca de experiências, nivelamento conceitual e compatibilização de propostas para uma ação conjunta.	Conselho Nacional do SESI e Departamento Regional do SESI
Detalhamento do plano de ação (Plano Operativo Local). O plano deverá conter no mínimo: título, identificação do DR, descrição dos objetivos, justificativa, metas, benefícios previstos, local, período, cronograma físico-financeiro, aporte de recurso e contrapartida.	SESI /DR (com a participação de SENAI, SENAC, SESC, SEBRAE, SESCOOP)
AÇÃO	RESPONSÁVEL
Construção de um termo de parceria ou protocolo de intenções para a execução de trabalhos (modelos anexos). As parcerias devem ser negociadas de forma objetiva, clara e coerente com a finalidade do trabalho, para viabilizar, de fato, a execução de ações conjuntas.	Departamento Regional do SESI
Criação de um núcleo gestor, composto por representantes das principais instituições parceiras, para atuar como facilitador do processo de articulação, especialmente na gestão/implementação do projeto de forma integrada.	SESI/DR (com a participação de SENAI, SENAC, SESC, SEBRAE, SESCOOP)

NA EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO	
AÇÃO	RESPONSÁVEL
Levantamento amplo de informações sobre o contexto local, incluindo dimensões da exploração sexual de jovens e adolescentes (para subsidiar texto de justificativa do projeto local), além de estudo das demandas do mercado de trabalho, visando a seleção de temas para educação social, a escolha das áreas profissionalizantes e a empregabilidade dos alunos.	Departamento Regional do SESI
Execução das atividades de capacitação, de forma conjunta e articulada com as entidades parceiras, integrando metodologias e transferência de tecnologias específicas.	SESI/DR, com SENAI, SENAC, SESC, SEBRAE, SESCOOP
Viabilização dos eventos/atividades programados, visando garantir apoio logístico, participação dos técnicos, o aporte de conhecimentos e de recursos humanos, a colaboração na formulação de estratégias de atuação.	Departamento Regional do SESI
Realização de reuniões/encontros mensais da equipe gestora e demais atores sociais envolvidos para nivelamento informativo, conceitual e operacional.	Departamento Regional do SESI
Avaliação periódica da ação institucional, visando fortalecer e redirecionar as ações e motivar o comprometimento dos parceiros.	Departamento Regional e Conselho Nacional do SESI
Elaboração coletiva de relatório bimestral com os resultados obtidos na ação conjunta, demonstrando a contribuição e o desempenho de cada parceiro. Esses resultados devem estar em consonância com os indicadores estabelecidos pelo projeto.	SESI/DR, com SENAI, SENAC, SESC, SEBRAE, SESCOOP

Anexos:

1) Termo de Adesão do Departamento Regional ao Projeto. 2) Ficha de Diagnóstico Institucional (a ser preenchida pelas entidades). 3) Termo de Cooperação firmado entre os departamentos nacionais do SESI, SENAI, SENAC, SESC, SEBRAE e SESCOOP. 4) Convênio de Cooperação Mútua, firmado entre instituições do Sistema S, instituições governamentais e não governamentais que atuem no eixo do atendimento ao público-alvo.

3. Processo de seleção de candidatos

O objetivo do processo seletivo é conferir e indicar os candidatos que melhor se enquadram no perfil de público preestabelecido pelo projeto. Com uma sequência de exercícios e dinâmicas, busca-se não apenas a aferição dos critérios exigidos pelo curso de formação profissional, como idade, escolaridade e identificação com a proposta central do ViraVida, como também o estímulo a narrativas que possam evidenciar experiências do cotidiano de exploração sexual, da situação familiar, do comportamento na comunidade, entre outros. Vale ressaltar que o processo seletivo sinaliza os primeiros indícios e obtém os primeiros indicadores para posteriormente delinear uma percepção mais precisa da situação biopsicosocial do jovem a ser selecionado.

O processo seletivo, se bem preparado, pode propiciar um diálogo entre o técnico do ViraVida e o adolescente. É necessário que o profissional (psicólogo) responsável pelo processo seja capaz de apreender potencialidades, fragilidades, crenças e desejos esboçados pelos jovens por meio de suas atitudes, sua linguagem corporal, fala, e de aspectos relativos a sua relação com o grupo de candidatos. Outros indicadores, como sonhos, medos, percepção da violência, devem também emergir nas falas para que os profissionais possam se situar melhor diante de situações de vida dos candidatos e para que estes possam abrir espaço e oportunidades para o trabalho de assistência e garantia de direitos. Dessa forma, o facilitador amplia seu campo de visão, percebendo o candidato, observando como ele tece as relações consigo mesmo, com o outro e com a comunidade.

O Departamento Regional do SESI, que é responsável pelo processo seletivo, pode contar com a colaboração de profissionais das demais instituições do Sistema S. Já as instituições sociais que realizam o recrutamento dos candidatos devem acompanhar o processo seletivo como observadores.

3.1. Mobilização e análise de dados

Fase que precede a seleção, a mobilização dos candidatos é realizada por representantes das ONGs, instituições religiosas e organizações sociais idôneas que reconhecidamente atuem no campo do enfrentamento da exploração sexual de jovens e adolescentes e que tenham firmado parceria com o ViraVida. Essas instituições devem mobilizar candidatos cujo perfil corresponda ao que é proposto pelo projeto.

O processo seletivo tem como pressuposto a interação e o compartilhamento de ações com essas entidades parceiras. O primeiro passo se constitui em um encontro entre as instituições do Sistema S e as entidades filantrópicas, com a finalidade de interação, integração e construção dos indicadores. Em seguida, é determinado o período de inscrição, mobilização dos jovens e os aspectos a serem observados nas diversas etapas da seleção. É importante observar que todas essas iniciativas se efetivam, se materializam, por meio do histórico de vivências e experiências condensadas pelas instituições para cada jovem mobilizado.

Com a definição do período para o preenchimento das fichas de inscrição e entrega do histórico de vivências, inicia-se a mobilização dos jovens para o processo seletivo.

O processo de mobilização (recrutamento) deve ser voltado para os territórios de concentração da exploração sexual, e as dinâmicas de adolescentes e jovens efetuadas nesse âmbito de ação. Cada profissional envolvido na mobilização e seleção deve observar o momento existencial do jovem, avaliando sua capacidade de estabelecer compromissos, seu potencial de participação nas atividades da instituição, maturidade e crença em perspectiva futuras.

As instituições que promovem o processo de mobilização e pré-seleção dos jovens devem reunir pistas sobre as projeções dos candidatos sobre o futuro, isto é, sobre a formação profissional por eles pretendida. Tais dados são encaminhados aos coordenadores do ViraVida, que analisam as fichas observando os critérios propostos pelo projeto. Quais sejam:

1. Ter entre 16 e 21 anos de idade;
2. Estar em situação de exploração sexual;
3. Pertencer ou estar inscrito em atividades sociais e/ou comunitárias desenvolvidas pelas instituições parceiras do Projeto ViraVida;
4. Apresentar o nível de escolaridade mínimo exigido pelas instituições formadoras, variável conforme a complexidade do curso profissionalizante ofertado. Esse critério visa possibilitar maior aproximação das competências exigidas pelo mercado de trabalho.
5. Apresentar baixa ou nenhuma dependência química, pois o uso abusivo de substâncias psicoativas é um dos aspectos observados no momento de ingresso dos jovens no projeto. Esse filtro no processo seletivo deve-se ao fato do SESI não dispor de expertise para atuar especificamente com jovens nessa situação. No entanto, é notório que essa situação demanda atenção especial e concentração de esforços na busca de alternativas, visando a não exclusão do jovem e sua inserção numa rede especializada de atendimento.

3.2. Metodologia da seleção

Concluída a mobilização e inscrição dos candidatos, inicia-se o processo seletivo, que é também orientado pela capacidade de atendimento, isto é, pelo número de vagas ofertadas para cada curso profissionalizante. O processo seletivo adotado consiste em quatro passos: dinâmica de grupo, redação, exame psicológico e entrevista individual.

a) **Dinâmica de grupo** representa a tentativa de combinação de um conjunto de situações criadas com a finalidade de observação de reações e comportamentos que se desenrolam como réplicas do cotidiano, da "vida real". As dinâmicas de grupo podem favorecer, por meio de relatos, a percepção de estigmas, histórias de vida, de atitudes, de visão de mundo desses jovens, levando-se em consideração a multiplicidade das escolhas individuais e coletivas dos candidatos. Os técnicos selecionadores devem perceber a amplitude das representações, as visões ambíguas, as contradições, enfim, a gama complexa que atravessa a subjetividade desses jovens. Devem também compreender os códigos e significados que balizam as relações de convivência com o grupo e em outros setores de sua vida pessoal e comunitária.

O primeiro contato da equipe multidisciplinar do ViraVida com os jovens candidatos ocorre na dinâmica de grupo. Suas histórias de vida começaram a ser conhecidas a partir das fichas de inscrição, mas nesse momento é que se inicia o descortinar da subjetividade e das complexas tramas de suas vivências.

Ao realizar a dinâmica de grupo, a equipe deverá estar atenta para criar um clima de segurança, empatia e comunicação com os candidatos. Para tanto, inicia-se com o exercício de apresentação pessoal, que tem por objetivos criar um clima de empatia entre os candidatos; favorecer canais de comunicação; viabilizar a construção de vínculos com o grupo; observar a percepção que os candidatos possuem de si e dos outros.

Considerando-se a faixa etária e o perfil do grupo, propõe-se algo lúdico, que já possibilite a integração e a troca entre os participantes do processo de seleção, propiciando um clima de segurança. Após esse momento, em que os participantes se apresentam e começam a conhecer o restante do grupo, dá-se prosseguimento com a dinâmica de conhecimento. Esta tem por objetivo observar os seguintes aspectos: a habilidade de trabalhar em grupo; o respeito a opiniões diversas; o poder de argumentação e atividade de consenso; os valores; a fluência verbal e liderança; entre outros aspectos.

b) **Redação.** Tendo em vista a dificuldade que os candidatos têm de expressar verbalmente suas histórias, muitas vezes marcadas por violações de direitos, conflitos familiares e falta de afeto, utiliza-se como estratégia a aplicação de uma redação. Esta tem como intuito desvendar e analisar os seguintes aspectos: observar a organização das ideias; identificar projetos de vida, sonhos, expectativas de futuro; analisar motivações e interesses para o curso; conhecer sua história de vida; verificar se o nível de conhecimento corresponde à escolaridade apresentada.

Para tanto, é fundamental que a equipe eleja para o tema da redação um assunto que contemple o projeto de vida do candidato e os aspectos da história e da dinâmica familiar.

c) **Exame psicológico** é outra estratégia que deve ser utilizada pela equipe do ViraVida, pois possibilita a análise de conhecimentos, aptidões e habilidades do candidato. A aplicação do teste permite ampliar o processo de conhecimento dele, fornecendo subsídios mais reveladores para as percepções relativas às construções do "eu", do outro e do imaginário acerca da comunidade/bairro, família e projeções de futuro. Tem ainda por objetivo a identificação de aspectos emocionais significativos, cognitivos e sociais que possibilitem a percepção de algumas características significativas de personalidade que poderão emergir durante o processo propriamente dito da seleção.

Os testes poderão ser aplicados de forma coletiva e/ou individual. Os tipos de testes utilizados poderão ser: Testes de Personalidade, Teste de Atenção Concentrada, Teste de Aptidão, entre outros que permitam avaliação mais elaborada do comportamento do indivíduo e dos valores que pontuam o imaginário dos adolescentes e jovens.

A seguir, a equipe responsável pelo processo seletivo realiza avaliação individual de cada candidato observando os critérios que constituem o perfil de público adotado pelo projeto. Os que apresentaram o perfil, de acordo com o requerido, deverão ser chamados para uma entrevista.

d) **Entrevista individual.** O objetivo dessa fase é aprofundar o nível de conhecimento do candidato e identificar como ele estabelece o ritmo de um diálogo, percebendo palavras-chave, silêncios e reações de natureza mais passional, com carga mais visível de emoções e afetos. Utiliza-se como metodologia a entrevista dirigida na qual o facilitador, profissional da área de Psicologia ou Serviço Social, utiliza como base os seguintes instrumentos: ficha de inscrição, redação e um roteiro aberto de questões (anexos).

É primordial, no momento da entrevista, que se crie um clima de confiança e empatia. Apenas em um fluxo espontâneo de conversação, a entrevista poderá congrega um material rico e com possibilidades de fazer emergir a complexidade de vida do jovem candidato. O facilitador deverá ter uma compreensão constituída de forma flutuante, ou seja, colocar-se, quando possível, no lugar do outro, para dessa forma fazer fluir uma comunicação mais livre e compactada. A partir da história dos adolescentes e jovens já registradas por meio dos instrumentais citados, a exemplo da redação, o entrevistador vai formulando perguntas, aprofundando pontos que não tenham ficado nítidos na análise dos dados, como também vai percebendo o grau de motivação e da intencionalidade de ingresso no projeto.

Para o alcance desse objetivo, o entrevistador deverá interagir tendo por norte os seguintes aspectos: convivência familiar, lazer e cultura, e relação com a instituição.

Convivência familiar. Entender a convivência familiar durante o processo da entrevista possibilita perceber a garantia ou violação de direitos, como também o nível de relações interpessoais entre os membros. Outro fator observado é o nível de afetividade existente, o sentimento de pertencimento ao contexto em que vive, a existência de fatores de riscos no meio familiar, de violência nas suas mais diversas formas, de abuso de substâncias psicoativas e do álcool.

A partir da própria história de vida, o facilitador, aos poucos, vai vislumbrando toda uma rede de relações, violências e traumas que podem conduzir às questões da exploração sexual. É importante ressaltar que tal informação, muitas vezes, não está explícita na fala do candidato, mas implícita nas entrelinhas de seu relato, cabendo então ao entrevistador ter a sensibilidade ativada para compreender e decodificar essa mensagem.

O lazer e a cultura. Esses são indicadores significativos para percepção de como se dá a convivência do jovem com seu contexto, pois, conhecendo os espaços frequentados pelos adolescentes e jovens, é possível perceber sua proximidade com focos de exploração sexual e, a partir dessa informação, obtém-se uma visão do envolvimento do candidato com a rede de exploração sexual. Sabe-se ainda que os ritos de iniciação na exploração sexual quase sempre acontecem no plano das amizades, da formação de turmas, sendo assim, os espaços de "divertimento" também sinalizam o possível envolvimento dos jovens com a rede de exploração. Esses indicadores evidenciam o grau de desenvolvimento cultural e de pertencimento desse jovem a sua comunidade.

Relação com a instituição. A relação com a instituição responsável pelo encaminhamento é outro item relevante. Por meio da observação dos vínculos mantidos com essa instituição, pode-se perceber a capacidade do jovem em assumir compromissos, a disposição para a constituição de vínculos e laços identitários, assim como a habilidade que dispõe para formular opiniões sobre a mediação da instituição e trabalho por ela desenvolvido na comunidade. O facilitador não deverá, ao longo do processo, perder o foco das demandas do jovem e da instituição. Daí a importância de se identificar projetos de vida, expectativas de futuro que o candidato carrega consigo e que deverão ser fortalecidas para construção do processo de autonomia dos sujeitos envolvidos.

Com a conclusão das entrevistas, os profissionais responsáveis deverão fazer uma análise completa do candidato, tendo como foco todas as fases da seleção. A partir dessa avaliação, os selecionados deverão participar da socialização.

3.3. Socialização

O objetivo dessa etapa é o de possibilitar aprofundamento de todas as outras já desenvolvidas no processo de seleção. Ela ocorre de forma vivencial, proporcionando aos profissionais uma síntese das imagens formadas em torno dos candidatos.

Considerando que o grupo atua tendo por base relações dialógicas, que permitem tanto a expressão de signos pessoais como também a vivência da alteridade, por meio dessa atividade, pode-se identificar o nível de motivação e compromisso, o respeito ao outro e a facilidade do postulante de lidar com regras e limites.

Essa etapa é desenvolvida numa carga horária de 12 horas, dividida em três dias, obedecendo à seguinte sequência:

Primeiro dia – atividades voltadas para a observação da participação e a interação grupal. Possibilita a vivência do trabalho em grupo, a cooperação e a percepção das estratégias que cada um se utiliza para conviver e superar conflitos surgidos a partir de divergências entre os próprios participantes.

Segundo dia – ações que possibilitam perceber o nível de preparação e mobilização para novos desafios; a capacidade de liderança dos candidatos selecionados, a expressão de relações afetivas, os aspectos cognitivos e comportamentais, a capacidade de concentração, de

abstração e de discernimento dos adolescentes e jovens em relação às atividades propostas. Utilizam-se, para esse objetivo, iniciativas que envolvam textos reflexivos, filmes, clips, histórias em quadrinhos, entre outros instrumentais.

Terceiro dia – atividades direcionadas à identificação das expectativas profissionais dos jovens, com o objetivo de avaliar se essas projeções são compatíveis com o conjunto de oportunidades viabilizadas pelos cursos ofertados. É primordial, portanto, a apresentação dos cursos disponibilizados, para que o grupo tenha maior conhecimento dos conteúdos, alternativas de mercado de trabalho e cidadania. Dessa forma, poderão construir uma avaliação mais criteriosa da proposta do curso em consonância com suas projeções de futuro.

Essa dinâmica também permite verificar a visão que os jovens têm acerca dos seus direitos, o conhecimento que têm do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a disposição deles para ultrapassar situações de violação de direitos.

3.4. Definição da(s) turma(s) e matrícula

O encerramento do processo seletivo compreende a divulgação dos resultados às instituições parceiras e o agendamento da matrícula. Para esse momento, o aluno deverá apresentar todos os documentos solicitados pela instituição formadora. Essa etapa representa não apenas o período relativo à seleção, mas, fundamentalmente, o exercício de preparação tanto dos jovens como da equipe técnica para a construção propriamente dita do processo pedagógico, como será detalhado a seguir.

4. O processo educativo

“A educação é do tamanho da vida! Não há começo, não há fim. Só há travessia. E se queremos descobrir a verdade da educação ela terá de ser descoberta no meio da travessia.”
(Paulo Freire)

À medida que as primeiras equipes de técnicos e docentes do ViraVida aproximavam-se do contexto de produção da violência sexual e da realidade vivida pelos adolescentes e jovens selecionados, cresciam a inquietação, a indignação e a angústia. Paradoxalmente, esses sentimentos acabavam ativando, impulsionando a curiosidade, a fome de conhecimento e a busca por soluções mais consistentes para a superação dos desafios e o rompimento das barreiras interpostas pelo preconceito.

O filósofo Gilles Deleuze usa a seguinte frase proferida por Proust – *a inteligência só é boa quando vem depois*. Com isso ele quer dizer que os conceitos criados, os novos conhecimentos são significativos apenas quando se trata de projetar outra escultura do tempo, ou seja, quando é usada a serviço de um devir-outro⁴³. Esse devir diferenciado, quando se trata do ViraVida, é relativo ao desassossego que essa iniciativa causa nos educadores, tendo em vista a parca bibliografia no campo das experiências educativas.

Nos primeiros contatos da equipe escolar com os adolescentes e jovens, ainda na fase de seleção do primeiro piloto, em 2008, observaram-se cuidadosamente características e potencialidades, assim como as necessidades multidimensionais de naturezas culturais, econômicas e sociais. Desde o início, o propósito era o de fortalecer o eixo de atendimento do Plano Nacional, por meio da realização de ações socioeducativas, capazes de promover a garantia e defesa dos direitos humanos fundamentais, oportunizando o acesso à educação, saúde, assistência social, empregabilidade, empreendedorismo, lazer, cultura, entre outras intervenções requeridas.

Dada à complexidade do processo, percebeu-se a necessidade de uma ação de natureza participativa, catalisando diferentes saberes na construção de uma metodologia de trabalho, integrando ações intra e interdisciplinares e envolvendo todos os sujeitos: educandos; gestores, professores e técnicos de diferentes áreas (pedagogia, psicologia, assistência social). A soma de esforços, a cumplicidade e o comprometimento de cada participante sinalizaram o desejo comum de produção de uma **pedagogia em movimento**. Isso significa dizer que o educan

⁴³ Disponível em: <

do, suas condições de vida, as projeções de si atuam como matéria-prima para alavancar os processos de construção de autonomia e de reconstrução da vida social e cultural dentro da comunidade na qual estão inseridos.

Em primeiro lugar é preciso acreditar no jovem e na sua capacidade. O trabalho da escola deve partir dos interesses dos estudantes e levar em conta o que eles gostam e sabem fazer. Significa dizer que o trabalho pedagógico deve partir dos interesses e das habilidades dos jovens, e não das carências e problemas⁴⁴.

As ações educativas desenvolvidas no Projeto ViraVida baseiam-se na convicção de que adolescentes e jovens são sujeitos e protagonistas de sua própria história, contrariando as adversidades sociais a que estão submetidos. Tomar o adolescente e jovem como potência reverte a dinâmica que tem predominado nos bancos escolares:

O jovem é visto na perspectiva da falta, da incompletude, da desconfiança, o que torna ainda mais difícil para a escola perceber quem ele é, de fato, o que pensa e é capaz de fazer. Diante dessa postura, não é de se estranhar a dificuldade para estabelecer um diálogo entre professores e alunos e a desmotivação e o desinteresse dos jovens para com a escola.

No processo educativo com adolescentes e jovens que tiveram seus direitos violados pela sociedade, é fundamental que a atuação de educadores assuma uma atitude de empatia e percepção dos códigos de vida e de contextos culturais. Isso significa romper com a “perspectiva da falta” e ultrapassar os muros da desmotivação. Em vez de se insistir e projetar atenções para o campo das carências e de tudo que lhes falta, deve-se tentar identificar potenciais e habilidades. As esferas da vida, os ambientes que atravessam cada sujeito e mobilizam a produção de valores e a construção de imaginários. Cada conquista, cada superação de situações de violência, de opressão, de abandono e de dominação deve ser valorizada e ressaltada. Adolescentes se encontram em fase peculiar de desenvolvimento, conforme preconiza o ECA, essa base valorativa deve permear todas as atividades da formação e assumir o epicentro da proposta pedagógica aqui descrita.

A partir dessa percepção, todos os sentidos devem ser orientados para identificação de mensagens emitidas por meio de gestos e palavras, buscando compreender as necessidades primárias dos educandos, evidenciando real interesse pelas suas experiências e aceitação das diversi-

44 DAYRELL, Juarez. Escola e cultura juvenis. . In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Fundação Friedrich Ebert, 2003. p.177.

dades expostas. Para que tudo isso se efetue, torna-se necessária a construção de relações de confiança e a lapidação de laços afetivos construídos em cada contato. As atividades escolares vão sendo introduzidas aos poucos, conduzidas por movimentos pedagógicos atrativos que estimulam a participação, a exposição dialogada, incluindo a utilização de jogos e dinâmicas de grupo, trabalho individual e coletivo, visitas técnicas e culturais, oficinas, dramatização, projetos pedagógicos, esporte, lazer etc.

Cada educador é convidado a assumir o papel de mediador e facilitador do processo de ensino-aprendizagem, partindo-se das competências específicas de sua área de atuação, bem como o incentivando a agregar ideias, conceitos e valores. É fundamental que o educador também tome para si o princípio da transversalidade, construindo o aprendizado com o encontro e as passagens que realiza por meio da interação e da permanente busca de experiências significativas, a partir das trocas de saberes entre educadores; entre educandos; e entre educandos e educadores.

Diante desses desafios, opta-se por uma construção coletiva tomando-se por base as várias instâncias da prática educativa. Algumas dimensões de vivência são consideradas primordiais para a formação do sujeito em dimensão integral e são partes intrínsecas do processo coletivo de aprendizagem, mais especificamente os âmbitos da convivência familiar e comunitária, da educação artística, da vivência cultural e lúdica, da situação psicológica e do respeito à diversidade. É relevante que no processo de ensino-aprendizagem os educandos tenham espaço para expressar os signos e códigos de cultura do seu mundo, suas maneiras de ver a realidade, os seus desejos, suas expressões criativas e as projeções e expectativas em relação ao ViraVida.

Educar significa acreditar na capacidade, infinita, de reinvenção e de superação dos limites até então desenhados entre os sujeitos envolvidos na experiência educativa. Como assinala Omar Kohan em um diálogo profícuo com Jacques Rancière:

“Emancipatório é o exercício, se nos permite, ao final das contas, de educar sem subestimar ninguém – começando por não subestimarmos a nós próprios.”

Essa experiência apenas acontece de forma intensa e com dose alta de envolvimento se a construção do processo se efetivar em rede, como ato do fazer compartilhado.

4.1. Construção da proposta pedagógica

A proposta pedagógica do Projeto ViraVida foi coletivamente construída, incluindo a soma de saberes de várias linhas do conhecimento. Nas reflexões realizadas, enfatizaram-se o estímulo a uma visão crítica, que leva a transcender a visão tecnicista e academicista, a identificação dos processos de construção da subjetividade dos adolescentes e jovens, a imersão e identificação dos códigos da cultura a serem ressignificados nas experiências de aprendizagem, e elementos próprios da vida social e política das cidades onde o projeto é desenvolvido. Tornou-se indispensável, para isso, a compreensão dos cenários locais, dos atores e do fenômeno da exploração sexual. Assim, foram feitas reflexões sobre estudos e pesquisas que evidenciam as nuances da exploração sexual em cada localidade onde o projeto foi implantado. Também foram identificados no processo seletivo fragmentos das trajetórias de vida de cada adolescente e jovem, assim como suas expectativas e projeções em relação ao futuro e em relação à proposta do Projeto ViraVida.

A educação deixa então de se constituir nos limites de projeções de conteúdos programáticos e se projeta como lugar de experiência, de relações e de reconstruções dos patamares de vida de todos os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem.

Principais norteadores da proposta pedagógica:

- O aluno é o centro das atenções, sujeito de direitos, autor e mestre da construção de sua autonomia, interventor ativo de seu mundo e de sua história;
- O cuidado e a prioridade de implementação das recomendações do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), promovendo a defesa, a proteção e a garantia dos direitos fundamentais;
- Respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (art. 69º ECA);
- Realização de intervenção social integrada: educação, assistência, saúde, lazer, cultura, esporte;
- Atuação orgânica, dialógica, articulada, construtiva, interacionista e multidisciplinar;
- Pluralismo de ideias, concepções e respeito às diversidades e às especificidades;
- Empenho profissional e pessoal dos educadores, perspectiva solidária, mediação, facilitação e orientação;
- Formação integral por competência (conhecimentos, habilidades e atitudes). Saber: aprender – ser – fazer – conviver.

4.2. Estudo da demanda de mercado para definição dos cursos

As informações de pesquisas e estudos sobre a oferta de empregos obtidas nas unidades de pesquisa do SENAI, SENAC, SINE e no Ministério do Trabalho e Emprego devem ser sistematizadas e analisadas com a finalidade de definição dos cursos profissionalizantes do projeto. Além das informações levantadas, devem ser realizadas reuniões entre o SESI (equipe técnico-gestora), as instituições de formação profissional (SENAI, SENAC e SEBRAE) e as secretarias/agências do trabalho, com o intuito de apresentação de informações e dados precisos referentes às demandas do mercado de trabalho local.

4.3. Planejamento de ensino

A etapa de planejamento contempla a definição das ações didático-pedagógicas e estratégias metodológicas utilizadas para orientar a prática educacional. Nessa etapa, devem-se ser levados em consideração os objetivos do projeto ViraVida, os perfis de entrada e de saída dos alunos, os recursos e meios disponíveis.

Com a finalidade de construção da unidade técnico-metodológica relativa às atividades escolares, foram utilizados e aplicados procedimentos e instrumentos que viabilizem a interação da equipe, organização, racionalização, contextualização, flexibilidade e coerência do processo, bem como o enriquecimento das propostas, contemplando as especificidades de cada localidade. Assim sendo, devem ser realizadas as seguintes atividades de planejamento:

- a) Análise dos dados coletados no processo seletivo;
- b) Identificação das demandas de qualificação apontadas pela pesquisa de mercado de trabalho que antecede a definição dos cursos;
- c) Elaboração dos planos de cursos;
- d) Construção da organização curricular;
- e) Elaboração dos planos de aula.

Elaboração dos planos de curso

Os cursos do ViraVida foram redesenhados de modo a atender tanto à demanda do mercado de trabalho, por meio de profissionais capacitados, quanto à expectativa dos jovens. Por se tratar de uma proposta de intervenção, a escolaridade dos participantes – que varia fortemente conforme a localidade – não é vista aqui como critério de eliminação na seleção dos alunos, mas como indicador que deve ser levado em conta no planejamento pedagógico.

Os planos de curso expressam a concepção pedagógica implementada em todo o processo de aprendizagem. Os planos devem estar em sintonia com a realidade do mundo do trabalho de modo, também, a garantir a continuidade dos estudos dos adolescentes e jovens.

Os planos de curso constituem-se como instrumentos pedagógicos essenciais para que se alcancem habilidades e competências previstas no que tange à mudança de perfil do profissional na ocasião de conclusão do processo de educação realizado no ViraVida. Desse modo, o plano de curso contemplará:

- a) Justificativa fundamentada no desenvolvimento de saberes que promovam a cidadania, a participação/inclusão social e a inserção no mercado de trabalho relacionando a oferta de cursos às devidas qualificações propostas;
- b) Objetivos;
- c) Público sujeito;
- d) Requisitos de acesso;
- e) Perfil profissional de conclusão;
- f) Competências gerais e específicas;
- g) Ementário;
- h) Plano da unidade prática curricular dos cursos de educação profissional em função de sua natureza para aqueles que possível;
- i) Critério de avaliação;
- j) Recursos físicos, humanos, materiais, didáticos e financeiros;
- k) Certificação;
- l) Bibliografia.

4.4. Organização curricular

A organização curricular é construída conjuntamente envolvendo a participação da equipe multidisciplinar, composta de: coordenador, técnicos, docentes do projeto e das unidades executoras. Como já foi destacada, a concepção da organização curricular deverá propiciar o desenvolvimento de competências das várias áreas de conhecimentos constitutivos do perfil profissional estabelecido, promovendo a transversalidade dos saberes. Deve assim contemplar

as seguintes informações acerca do curso: denominação, componentes curriculares, carga horária, período, horários, dias da semana em que os componentes serão ministrados, docentes, ambientes pedagógicos, unidades curriculares.

Ao término do processo de organização curricular, a equipe pedagógica procederá à elaboração do calendário escolar, no qual devem constar os períodos letivos, feriados, recessos e os eventos pedagógicos, atividades culturais, reuniões de coordenação/elaboração/revisão do planejamento da ação docente.

Antes do início dos cursos, deve ser realizado o encontro técnico-pedagógico da equipe escolar, com o objetivo de capacitação de todos os docentes, técnicos e gestores, visando o nivelamento de informações sobre o Projeto ViraVida, a contextualização da temática da exploração sexual, bem como para disseminação dos fundamentos e aplicação dos pressupostos da prática pedagógica preconizada.

4.5. Plano de aula

O plano de aula representa o instrumental utilizado pelo docente para o planejamento diário das aulas de sua área/atividade específica. Ele deve estar alinhado com as orientações pedagógicas do projeto, a organização curricular e o plano de curso, devendo ser analisado previamente pela equipe pedagógica. O documento contemplará as seguintes informações:

- a) Informações gerais: denominação do curso, nome do docente, local de realização, componente curricular, unidade curricular, tema da aula, data e carga horária;
- b) Objetivos;
- c) Conteúdos;
- d) Estratégias pedagógicas/atividades;
- e) Recursos didáticos;
- f) Critérios de avaliação.

4.6. Desenvolvimento do processo de ensino

A sistemática operacional da etapa relativa ao desenvolvimento educacional é realizada por meio da execução dos cursos de educação profissional, educação continuada e autogestão. O objetivo é o de promover o desenvolvimento de competências organizativas, sociais, metodoló-

gicas e técnicas, permitindo a capacitação para o exercício da atividade produtiva demandada pelo mundo do trabalho, compatível com a complexidade tecnológica, assim como com o grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade de adolescentes e jovens. Todo esse arcabouço deve estar em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, bem como com o Estatuto da Criança e do Adolescente. O objetivo fundamental do processo educativo é **“aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a fazer”**.

Os cursos de formação inicial e continuada destinados à qualificação básica não estão sujeitos à regulamentação curricular e são de livre oferta. São organizados segundo informações obtidas de estudos de mercado e com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e têm carga horária compatível com o perfil profissional de conclusão. A educação continuada tem por finalidade proporcionar oportunidades de enriquecimento pessoal e profissional ao longo da vida da população em geral, por meio do aprendizado criativo e inovativo, do desenvolvimento de conceitos, estratégias educacionais e de empreendedorismo para uma sociedade diversa que busca na educação continuada o constante aperfeiçoamento.

É contemplado, nessa modalidade educativa com 60h/a em cada unidade, o aprimoramento dos conhecimentos da leitura e interpretação, matemática, cidadania e informática; sendo que essa última ocorre transversalmente aos outros conteúdos e tem ainda atenção especial para a operação básica, com editor de texto, planilha eletrônica e internet, mesmo quando o curso dispõe de outro módulo específico de informática para a capacitação profissional. O módulo de leitura e interpretação tem também como referência metodológica o Projeto Leitura, Comunicação e Inclusão Digital, desenvolvido pelo SESI. Tenta-se realizar o máximo possível de atividades vivenciais, levando em consideração a dimensão prática dos conteúdos e sua aplicabilidade no âmbito micro e macrosocial em que os educandos estão inseridos e/ou irão passar a conviver, como o ambiente da empresa. Nesse sentido, temos o módulo de cidadania, com o qual se objetiva promover junto aos jovens os conhecimentos sobre os seus direitos e deveres como cidadãos. Nesse sentido, desenvolvem-se, nessa unidade curricular, as potencialidades dos educandos, nas dimensões física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e inserção social, na busca do autorreconhecimento como sujeitos de direitos e deveres e do compromisso de serem cidadãos ativos.

NO PROJETO PILOTO FORAM REALIZADOS OS SEGUINTE CURSOS:

CIDADE	ÁREA DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
FORTALEZA	Produção de Eventos	655h	26 alunos
	Criação e Moda	858h	26 alunos
	Costura Moda Íntima e Praia	782h	20 alunos
	Comunicação Digital	640h	20 alunos
	Cozinheiro / Gastronomia	840h	20 alunos
	subtotal		112 alunos
RECIFE	Costureiro Industrial	862h	17 alunos
	Assistente Laboratório Químico	854h	16 alunos
	Agente de Eventos	719h	26 alunos
	Cabeleireiro Maquiador	821h	20 alunos
	Recepcionista	893h	25 alunos
	subtotal		104 alunos
NATAL	Desenhista de Moda	970h	18 alunos
	Desenhista de Moda	970h	18 alunos
	Cabeleireiro e Maquiador	830h	18 alunos
	Auxiliar Administrativo	880h	19 alunos
	Auxiliar Administrativo	880h	19 alunos
	Auxiliar Chefe de Cozinha	780h	16 alunos
	subtotal		108 alunos
BELÉM	Operador de Computador	908h	20 alunos
	Costureiro Industrial	821h	20 alunos
	Auxiliar Administrativo	840h	20 alunos
	Auxiliar Administrativo	840h	20 alunos
	Comunicação Digital	920h	20 alunos
	subtotal		100 alunos
	Total		424 alunos

4.7. Prática pedagógica

A prática de ensino é realizada em consonância com o planejamento de ensino, em ambientes pedagógicos estruturados, levando-se em conta os aspectos funcionais, os recursos humanos, condições de salubridade, conforto e segurança das pessoas, conservação e manutenção de equipamentos e materiais, previstos na concepção curricular dos cursos, descritos nos planos de curso e de aula, devidamente contextualizados com a realidade dos alunos e do mundo do trabalho.

Os educandos são acolhidos nas unidades escolares com afetividade, respeito e profissionalismo, sendo transmitidos a eles segurança, comprometimento e apoio. São os sujeitos ativos do processo de aprender, cujo desenvolvimento deriva da relação interativa entre as estruturas cognitivas, sociais e afetivas, os saberes prévios, a ambiência sociocultural que os envolve e a mediação da prática pedagógica. Esse conjunto de variáveis, em consonância, possibilita novas construções e aprendizagens relativas a aspectos corporais, psicológico, intelectual e social, visando a formação integral dos sujeitos envolvidos.

A faixa etária dos educandos participantes do ViraVida concentra-se entre os 16 e 21 anos, com escolaridade variando entre as séries iniciais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Todos recebem uniforme (camisetas e tênis), transporte, material escolar (caderno, caneta, lápis, borracha, mochila), além de lanche e bolsa de estudo. Mediante a percepção das vivências dos educandos, o docente busca exercitar na prática pedagógica a abertura de oportunidades, bem como o desenvolvimento autônomo deles, propiciando assim o enriquecimento do aprendizado e o autorreconhecimento dos alunos como agentes de transformação e atuação do processo educativo. Há, dessa forma, construção conjunta entre aluno e docente e a promoção de um processo contínuo de transformação e aprendizagem que se torna significativa para ambos, tal como expressam os depoimentos de integrantes do ViraVida Fortaleza:

“Meu sonho é ter uma casa própria, ou seja, uma moradia digna e um emprego com carteira assinada.” M.S.A.G. – Aluna do Curso de Criação e Moda

“Quero muito mudar de vida. Quero conseguir um trabalho para dar uma vida melhor para o meu irmão. Quero alugar um quatinho e morar com ele pra não aguentar mais humilhação.” M. C. A. – Aluna do Curso de Criação e Moda

“Pretendo trabalhar e concluir os meus estudos. Com a bolsa quero ajudar nas despesas da casa, pois somente o salário do pai não dá.” L.D.O – Aluna do Curso de Criação e Moda

“Quero ter a minha casa e ser feliz.” J. S. S. – Aluna do Curso de Criação e Moda

“Meu sonho é ter um emprego fixo.” S.S.S. – Aluno do Curso de Criação e Moda

Os docentes são responsáveis pelo desenvolvimento de uma prática pedagógica que favoreça a participação ativa dos alunos, levando em consideração os interesses, conhecimentos (saberes prévios) e experiências adquiridas. Na vivência prática da sala de aula, devem-se utilizar métodos de ensino e recursos didáticos atrativos, tendo por objetivo uma experiência de apreensão de saberes mobilizadora de sentidos, percepções e a prática de buscas de alternativas. A ação docente desenvolve-se ao longo de todo o curso por meio da facilitação, orientação, mediação, intervenção, interação, utilizando-se técnicas de ensino, tais como: a exposição oral e dialogada, dinâmica de grupo, produção de textos, trabalho individual e em grupo, aula de campo, vivência, simulação, dramatização, demonstração. Na prática de sala de aula, os docentes devem lançar mão de materiais didáticos instigantes, devem indicar a bibliografia básica e orientar pesquisas na internet, em manuais e catálogos de fabricantes. Devem observar e registrar o rendimento dos educandos, a assiduidade e quando necessário realizar um replanejamento. Essa mudança de rota deve contemplar: estratégias/técnicas não previstas inicialmente, redistribuição da carga horária, reorganização dos recursos pedagógicos e outros ajustes, sem provocar quebra da unidade e sem perder de vista o perfil educacional que se pretende atingir por meio do plano de curso. Deve-se ainda envidar esforços para a construção de um currículo multicultural, constituído de signos de convivência significativos que tenham relevância e aplicabilidade na vida prática dos alunos. Para que se chegue a esse intento, são realizados encontros da coordenação pedagógica, com o objetivo de troca de experiências docentes, com os especialistas do projeto, buscando-se ainda promover a transversalidade entre os múltiplos saberes.

O Projeto ViraVida conta com uma equipe multidisciplinar formada por psicólogo, pedagogo e assistente social. Cabe à equipe técnica do projeto apoiar e acompanhar a execução dos cursos. A equipe é também responsável pela interação entre discentes, docentes, técnicos e gestores, promovendo uma articulação das instituições promotoras da educação profissional, da educação continuada e das instituições parceiras, buscando o fortalecimento das ações educativas por meio da adoção de um paradigma comum de ação. Dessa forma, a equipe deve ser composta de membros que percebam e dominem a operacionalização de cada uma das fases

do processo de aprendizagem, assim como também sejam capazes de identificar como as referidas fases se articulam e se integram. Cabe-lhes ainda orientar os docentes, promover a integração, mediação, atuando de forma integrada e interdisciplinar, a fim de que se atinjam os objetivos propostos pelo ViraVida. Nesse contexto, a equipe realiza as seguintes ações: escuta e encaminhamento (docentes/discentes) para mediação de conflitos relacionados ao processo, reunião com responsáveis, monitoramento da frequência, diagnóstico de necessidades, reinserção escolar, articulação com as escolas da rede, observação, supervisão e orientação da prática pedagógica.

A Secretaria Escolar das unidades de ensino efetuam o cadastro dos alunos e o registro de abertura de turma no sistema, com base na documentação apresentada pelo aluno (foto 3x4, cópia de CPF, carteira de identidade e comprovante de residência, comprovante de escolaridade). Se o aluno for menor de idade, serão solicitados os dados e a presença do responsável.

A Secretaria Escolar emite o controle de frequência, crachás no sistema, prepara a pasta do docente – contendo o controle de frequência, orientações para o preenchimento e os crachás –, registra e emite os certificados.

4.8. Contrato de convivência

O contrato de convivência é pactuado pela equipe escolar (discente, docentes, técnicos) na primeira semana de curso. Nele estão regulados os princípios da convivência, ou seja, as conquistas (direitos), compromissos (deveres) e consequências (penalidades) de todos os profissionais que exercem atividades de docência e suporte pedagógico direto, além dos alunos. É por intermédio dos compromissos e dos direitos assumidos nesse contrato que se pretende exercitar a colaboração, respeito mútuo, iniciativa, liberdade, o “aprender a conviver”, num contexto de pluralismo sociocultural, de diversidade e contradição, de conflito e entendimento.

4.9. Conselho escolar

O Conselho tem por objetivo principal o acompanhamento e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos. É composto de docentes da educação básica, educação profissional, equipe técnica do projeto, coordenadores pedagógicos das instituições educacionais, podendo convidar outros participantes quando se fizer necessário. O Conselho reúne-se em datas definidas no calendário escolar, podendo ser convocado extraordinariamente pelos

técnicos que acompanham a prática pedagógica. As reuniões do Conselho devem ser registradas em atas próprias, evidenciando orientações/informações referentes à vida escolar de aluno.

4.10. Avaliação da aprendizagem

A avaliação, no projeto pedagógico do ViraVida, é tomada como processo contínuo e sistemático, tendo por base análises e interpretações dos impactos da ação educativa, em relação a todos os sujeitos envolvidos no processo. A avaliação deve ser encarada como uma construção que deve fornecer informações elucidativas com a finalidade de promover a melhoria do ensino e aprendizagem. Sendo assim, tem a função de orientar, e não de punir, nem mesmo de simplesmente informar decisões relativas à promoção ou retenção sem a devida reflexão acerca da trajetória percorrida pelo educando no curso. Deve ainda, a avaliação, constituir-se numa prática diária que dá base para a tomada de decisão e para o redirecionamento de rumos, tanto para os educandos, quanto para os docentes. O processo de avaliação deverá, necessariamente, especificar com clareza o que será avaliado, utilizar as estratégias e instrumentos adequados, possibilitar a autoavaliação por parte do jovem, estimulá-lo a progredir e a buscar sempre a melhoria de seu desempenho em consonância com as competências explicitadas no perfil profissional projetado para a conclusão de curso.

Os docentes realizam o acompanhamento sistemático da frequência dos alunos por meio de componentes curriculares, visando alertá-los para as lacunas de aprendizagem decorrentes dessas ausências e mobilizando retomadas do desenvolvimento no processo educacional. No decorrer do processo formativo, cada docente deve observar o que se segue para a definição de indicadores e padrão de desempenho:

- A avaliação não tem um fim em si mesma, insere-se como estratégia fundamental para o desenvolvimento de competências;
- A avaliação não enfocará aspectos isolados de natureza teórica desvinculados da prática, sem que se estabeleçam relações entre essas esferas de aprendizagem. Fomentará a resolução de problemas mobilizando conhecimentos, habilidades e atitudes. Dessa forma, deverá enfatizar a proposição de situações, hipotéticas ou não, de ordem teórica e prática, que envolvam elementos relevantes de caracterização do desempenho do aluno;
- Os resultados das avaliações devem ser discutidos com os educandos, para que haja clareza sobre o pretendido e o alcançado;
- Os indicadores de avaliação dizem respeito aos referenciais observáveis e/ou mensuráveis,

demonstrados pelos educandos no desenvolvimento de suas competências. Devem ser verificados em todas as atividades de aprendizagem e descritos e registrados pelos docentes, de acordo com os instrumentos de avaliação formativa utilizados pelas respectivas instituições;

- O resultado das avaliações do processo ensino-aprendizagem estará registrado no instrumento de avaliação somativa, contendo:
 - √ Perfis de entrada e saída dos alunos e perfil profissional de conclusão;
 - √ Padrão de desempenho escolar, considerando as competências básicas, específicas e de gestão em todos os componentes;
 - √ Indicadores individuais de competências requeridas;
 - √ Orientação socioeducativa;
 - √ Autoavaliação.

A recuperação nos cursos é um processo dinâmico que respeita a individualidade do jovem em suas reais possibilidades, aptidões e interesses, e deve ser entendida como orientação contínua de estudos e criação de novas situações de aprendizagem. Deve ocorrer de forma periódica, por meio de atividades diversificadas, presenciais ou a distância, nos ambientes pedagógicos que permitem ao docente criar novas situações, dando o atendimento que o aluno necessitar. A recuperação poderá ser efetivada nos seguintes momentos:

- a) Em paralelo, com o desenvolvimento da unidade de competência – caso a competência em que não alcançou bom rendimento seja pré-requisito para as demais competências da unidade de competência. Nessa situação, as atividades de recuperação deverão ser iniciadas logo imediatamente ao término do desenvolvimento da competência;
- b) Ao final do curso – caso o aluno não tenha sedimentado alguma competência dessa unidade e não tenha atingido o mínimo de rendimento exigido. Esse caso só se aplica no que tange à recuperação de competências não alcançadas e que não representem pré-requisitos para outras competências dentro de uma mesma unidade, respeitando a frequência mínima de 75%;
- c) A decisão cabe ao docente e ao Conselho Escolar.

O indicador de “desempenho não construído” só é concebido em casos excepcionais, quando todas as intervenções possíveis foram esgotadas, envolvendo os alunos e as famílias. Essa retenção excepcional depende de parecer do Conselho de Classe.

4.11. Monitoramento dos cursos

A equipe escolar e os responsáveis de cada serviço prestado acompanham o desempenho dos cursos, por meio de informações decorrentes de reuniões, visitas, relatórios de produção e satisfação dos alunos.

4.12. Certificação

O certificado de conclusão ou participação será disponibilizado ao concluinte pela escola executora da qualificação profissional mediante constatação das competências adquiridas durante o processo de ensino-aprendizagem.

4.13. Acompanhamento de egressos

O acompanhamento dos egressos é realizado de forma a monitorar a empregabilidade deles, conforme indicação a ser desenvolvida no último capítulo deste livro, relativo ao direcionamento profissional e à eficiência e eficácia do Projeto ViraVida. É realizado tendo por base instruções contidas no Manual de Procedimentos para a Pesquisa de Avaliação de Egressos do Departamento Nacional do SENAI.

5. Processo de atendimento integral

Como já analisado anteriormente, as mobilizações sociais e os debates sobre a promoção dos direitos e da cidadania no Brasil foram tolhidos durante os longos anos de regime repressivo, mas nas últimas décadas voltaram a promover avanços tanto no campo legal como nas políticas sociais. O movimento que resultou da Constituição de 1988 favoreceu o debate e a formulação de modelos de gestão desenvolvidos na perspectiva de sistemas descentralizados e participativos. Um marco significativo do movimento contra a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, como já destacado, foi o da elaboração, em 2000, do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil.

Vale ressaltar que a comunidade internacional também havia sinalizado para a importância de uma agenda de equidade social: a Cúpula Mundial da Infância aprovou a Convenção dos Direitos da Criança (Nova Iorque, 1990) e a resolução do acesso universal à educação básica; a ECO 92, no Rio, colocou o atendimento das necessidades das gerações atuais como via única da sustentabilidade; e o I Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (1996, em Estocolmo) definiu a ESCA como crime contra a humanidade.

Ao iniciar seu governo, em janeiro de 2003, o presidente Lula determina ao Ministério da Justiça que promova as articulações necessárias para transpor o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Com essa decisão, demonstrou o compromisso desse governo com o enfrentamento da exploração sexual e fez a opção por uma gestão integrada, em rede.

Tanto na área pública como privada, a expressão “gestão em rede” tem sido apresentada como uma das principais estratégias de administração na busca de sincronismo e transversalidade de ações. O termo “rede” sugere uma teia de vínculos, de relações entre indivíduos e organizações bastante comum em nosso cotidiano — como as relações de vizinhança, parentesco, comunitária etc.

O artigo 90 (do ECA) define que o atendimento tanto na área de proteção quanto na área socioeducativa será prestado por entidades e programas nas áreas que especifica, complementando o substrato legal que, embora com limitada sistematicidade, fundamenta atuação integrada dos serviços de atendimento a que se passará a denominar ora de “Sistema de Garantia de Direitos”, ora de “Rede de Atendimento” ou “Rede de Retaguardas” ...⁴⁵

⁴⁵ Disponível em: <http://74.125.155.132/scholar?q=cache:oCQDJh5F5iEJ:scholar.google.com/+sistema+de+garantia+de+direitos+pap%C3%A9is+e+compet%C3%Aancias&hl=pt-BR&as_sdt=2000>.

O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) é, do mesmo modo, um conjunto articulado de instituições que atuam na construção, promoção e defesa de direitos de crianças e adolescentes. Fazem parte desse sistema: a família, as organizações da sociedade (instituições, associações, sindicatos, escolas), os Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e as diferentes instâncias do poder público (Ministério Público, Juizado da Infância e da Juventude, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública).

São três os princípios básicos que balizam o SGD: atuação em redes, penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias e flexibilidade. O processo de construção de uma rede social de atenção ao adolescente envolve entidades, programas, políticas e recursos públicos e privados. Um dos maiores desafios enfrentados pelos gestores das políticas é justamente o de organizar uma unidade da diversidade, a fim de que o sistema se torne uno, articulado, coerente, diversificado e autônomo.⁴⁶

A Constituição Federal, no art. 227⁴⁷, resume um conjunto de princípios da proteção integral a crianças e adolescentes e impõe uma política de atendimento, tendo por base diretrizes relativas à descentralização político-administrativa e à participação popular. Destaca-se que proteção integral é a garantia da universalização de direitos da vida de crianças e adolescentes na fase mais crítica de seu desenvolvimento, o que pressupõe a oferta de condições de sobrevivência, desenvolvimento pessoal e social e integridade física, psíquica e moral.

O sistema de garantias permite a compreensão e articulação de estratégias de intervenção, identificação e localização dos diferentes órgãos incumbidos da defesa e da garantia de direitos da criança e do adolescente. O sistema é constituído por três eixos:

- Promoção – formulação de políticas públicas;
- Defesa – responsabilização do Estado, da sociedade e da família;
- Controle social – espaço da sociedade civil articulada. Vigilância dos preceitos legais.

5.1. Modelando o projeto

Os estudos e proposições que serviram de base para o ViraVida tiveram início em janeiro de 2008. A partir desses estudos, confirmaram-se os indícios de que um projeto cujo eixo fosse o

46 MENDONÇA, Angela. A importância da Gestão em Rede no Sistema Socioeducativo. Revista Igualdade.

47 “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

de formação profissional, com perspectivas concretas de emprego e geração de renda, deveria preencher, pelo menos em parte, a lacuna das políticas públicas voltadas para adolescentes e jovens em extrema vulnerabilidade.

As noções obtidas acerca do modo operante das redes de exploração sexual reforçaram as convicções de que para fazer frente à ação dos exploradores, seria preciso organiza-se de forma similar: também, em rede. Assim, a composição de um círculo de parceiros tornou-se um dos principais pilares do ViraVida. E, para atuar em rede, de maneira continuada, é preciso reconhecer que nenhuma organização social, órgão público ou governo tem condições de dar conta de uma tarefa tão complexa individualmente, isoladamente. Desde a fase de delimitação do projeto, o ViraVida assumiu caráter articulador, reunindo várias forças em torno do mesmo propósito, incluindo empresários do setor produtivo. Com a compreensão de que a oferta de educação profissional, desvinculada de uma perspectiva concreta de autonomia, traria como consequência a frustração e a revitimização dos participantes, promoveu-se a elaboração de uma proposta estruturante demarcada pela transversalidade de iniciativas e levando-se em conta fatores relativos à própria complexidade dos sujeitos envolvidos.

No que diz respeito ao campo da educação básica e profissionalizante, o processo socioeducativo está amparado nas estruturas e competências das instituições do Sistema S – SESI, SENAI, SESC, SENAC e SEBRAE – e no campo da sociabilidade e transformação, que inclui o acompanhamento dos jovens, o restabelecimento de valores e vínculos, as ações se efetuam de maneira integrada entre os profissionais da equipe operacional do projeto (psicólogo, assistente social e pedagogo), entre as instituições e agentes sociais responsáveis pelos adolescentes, mais ainda o apoio de um familiar ou responsável.

Posteriormente, esse trabalho sinérgico entre Sistema S, instituições sociais e órgãos públicos – no qual cada parceiro atua dentro de suas competências e todos estão sintonizados em torno dos mesmos objetivos – revelou-se um dos aspectos mais inovadores do projeto. Colocado em prática, o processo socioeducativo apresentou-se como um pelotão de retaguarda, reforçando a Rede de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas quatro capitais. E não só no que se refere à oferta de cursos de ensino profissionalizante – que, em vista da lacuna nas políticas públicas, já representa um diferencial – mas, principalmente, no que tange à sistematicidade e qualidade do atendimento e acompanhamento psicossocial.

Como já foi mencionado, a avaliação da dinâmica de desenvolvimento do projeto indica que o ViraVida se alinha ao Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e

Adolescentes no Eixo do Atendimento, pois cria formas de intervenção junto a adolescentes que trabalham e vivem nas ruas em situação de violência sexual, inserindo-os em cursos de educação profissionalizante, em programas de saúde e Bolsa-Família, afora outros eixos de atendimento, além de promover o atendimento multiprofissional especializado a esses jovens.

Uma análise mais detida destacará também o alinhamento a outros dois eixos do Plano Nacional: prevenção; mobilização e articulação. A evidência de sua característica mobilizadora e articuladora está na formação da rede de parceiros, do setor público e do privado, envolvidos e comprometidos com ações em favor do enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Além de envolver empresários no desafio de assegurar a inserção profissional dos alunos, o ViraVida cria homenagens e certificados de reconhecimento aos profissionais e empresas engajados. O alinhamento com o eixo da prevenção se dá a partir da própria voz e alerta do ViraVida para o conjunto da sociedade e para os outros segmentos atendidos pelo Sistema S.

É preciso destacar novamente que o público beneficiário do projeto não se restringe aos adolescentes com idade inferior a 18 anos completos, que estão amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas abrange um contingente de jovens entre 18 e 22 anos, que, mesmo estando em situação de vulnerabilidade à exploração e à violência sexual, não dispõe dos mesmos serviços da Rede de Atendimento em razão do limite de idade. Essa característica do perfil de público associada à empregabilidade foi um dos aspectos mais enaltecidos pelas instituições sociais parceiras quando procuradas pelo SESI para se engajar e compor a rede de parceiros que dá sustentabilidade ao projeto. Esse fato é indício de que o País necessita de políticas públicas dirigidas aos jovens e, principalmente, que contemplem a necessidade de prepará-los para o mercado de trabalho, tendo por base as diretrizes da proteção integral.

Cabe mencionar outro aspecto que requer especial atenção: a carência de programas e ações específicas voltados ao tratamento de drogadição. É importante fazer ressalva sobre os avanços promovidos no campo da Assistência Social, a partir de 2004, com serviços especializados como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que contribuiu para a articulação da rede de serviços, e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), com serviços qualificados para casos de maior complexidade, como vítimas de exploração sexual e outras violações, e ainda sobre o papel dos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPs), que oferecem atendimento aos jovens em situação de drogadição. Porém, a experiência do primeiro ano do projeto piloto revelou ser a dependência química e o envolvimento com o tráfico de drogas as principais causas de evasão e o maior obstáculo ao pleno aproveitamento de adolescentes e jovens do processo de aprendizagem desenvolvido pelo ViraVida.

5.2. O Sistema de Garantia de Direitos (SGD)

É um conjunto de órgãos, entidades, autoridades, programas e serviços de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias que devem atuar de forma articulada e integrada, na busca de proteção integral, nos moldes previstos pelo ECA e pela Constituição Federal. Estes, ao enumerar direitos, estabelecer princípios e diretrizes da Política de Atendimento e definir competências e atribuições, instalaram um sistema de “Proteção Geral de Direitos” de crianças e adolescentes, que tem o intuito da efetiva implementação da Doutrina de Proteção Integral. Esse sistema convencionou-se chamar de Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Nele incluem-se princípios e normas pelo Poder Público (em suas esferas – União, Estados, Distrito federal e municípios – e Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário) e pela sociedade civil, sob três eixos: promoção, defesa e controle social.

No eixo de promoção, destacam-se as políticas públicas e, principalmente, sociais – entre elas: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, trabalho, previdência social, segurança pública –, executando suas ações intersetorialmente, proporcionando o acesso efetivo e a participação de seus usuários.

No eixo de defesa, estão os Conselhos Tutelares, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, delegacias especializadas na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse eixo, destaca-se o Conselho Tutelar como porta de entrada das denúncias de violação de direitos fundamentais. Os Conselhos precisam contar com boa estrutura logística, com a capacitação de seus membros para o exercício de sua função, com o respaldo do Poder Executivo Municipal e se articulam com toda a rede de serviços locais e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos. Os Conselhos devem encaminhar as denúncias ao Ministério Público, que, por sua vez, desempenha prerrogativas legais, aplicando as medidas legais de proteção; atuam também formulando denúncias junto ao Poder Judiciário, que, por sua vez, no desempenho das prerrogativas legais, aplica as medidas pertinentes de proteção. Conta ainda com uma equipe técnica interdisciplinar própria, eficientemente articulada com todos os atores sociais da região, com a finalidade de monitorar a aplicação das medidas legais deliberadas em juízo; isso em estreita articulação com o Conselho Tutelar, Poder Executivo e a sociedade civil organizada, promovendo a proteção das crianças e adolescentes e prestando atendimento efetivo a suas famílias.

O eixo de controle social conta em sua composição democrática com a participação efetiva da sociedade civil organizada e representantes do Poder Executivo nos Conselhos de Direito e Setoriais, sendo responsáveis pela discussão e elaboração de políticas públicas destinadas a crianças,

adolescentes e suas famílias; participando do processo de elaboração e discussão das propostas de leis orçamentárias e controlando as ações do Poder Executivo. Esse conjunto de ações visa, fundamentalmente, a implementação das referidas políticas e das ações, serviços e programas de atendimento respectivos, mobilizando a sociedade civil organizada, na busca do esclarecimento dos seus direitos com sua efetiva participação na solução dos problemas existentes.

5.3. Atendimento psicossocial

Conjunto de capacidades organizativas, metodológicas e sociais relativas à qualidade e à organização do trabalho, às relações no trabalho e à condição de dar respostas a situações novas e imprevistas. Como já foi analisado anteriormente, o atendimento psicossocial tem como base as diferenças culturais, familiares e as de natureza subjetivas concernentes a cada um dos participantes do processo de aprendizagem.

O signo mais emblemático que sedimenta e legitima esse processo de atendimento, que possibilita a retroalimentação tanto do aporte pedagógico, da resignificação dos saberes e das práticas educativa dos educadores, e a adaptação e compreensão dos jovens acerca das dinâmicas educativas e estruturais do Sistema S diz respeito à natureza participativa dessa experiência. O corolário desse processo é o pacto formado em torno do contrato de convivência. É ele que dá movimento e fluxo ao curso da gestão, por ser traçado de forma horizontal, com múltiplas entradas e saídas. Durante todo o processo pedagógico.

Marília Sposito, no seu instigante trabalho acerca das “Trajetórias na Constituição de Políticas Públicas de Juventude”, assinala a ausência de canais de interlocução com os próprios jovens, destinatários de algumas das propostas, mas jamais tidos como parceiros relevantes nos seus desenhos, implementação e avaliação.

Além da expansão das possibilidades de acesso ao sistema escolar e os projetos voltados para segmentos específicos (jovens excluídos ou em ‘risco social’), torna-se evidente a ausência de canais de interlocução com os próprios jovens, destinatários de algumas das propostas, mas jamais tidos como parceiros relevantes no seu desenho, implementação e avaliação. Assim, o incipiente campo das políticas juvenis foi muito mais voltado para alguns grupos entre os jovens, sem constituir qualquer forma de interação com os atores juvenis na sua formulação.⁴⁸

48 SPOSITO, Marília. Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Fundação Friedrich Ebert, 2003. p.23.

O atendimento psicossocial ocorre no ViraVida, conforme já evidenciado na parte relativa ao processo pedagógico. Para além do tradicional acompanhamento clínico, do mero aconselhamento, no que tange a aspectos exclusivamente individuais, ele tem como horizonte a participação dos adolescentes e jovens e as expressões subjetivas que emergem e se refazem nesse campo ampliado de relação e da formulação de expectativas e projeções de vida.

A equipe do ViraVida inicia a construção do vínculo com os jovens ainda na fase do processo seletivo. O estabelecimento desse vínculo é de fundamental importância para compreender o universo dos jovens e, a partir disso, construir uma prática que respeita e está de acordo com as necessidades do grupo. A estratégia inicial para a construção desse vínculo e aprofundamento do conhecimento das histórias de vida de cada jovem é a utilização do diagnóstico.

5.3.1. Diagnóstico

É uma ação que tem por objetivo possibilitar maior compreensão da história de vida de cada jovem, realizado por meio de duas estratégias: o atendimento individual e o atendimento coletivo.

Convém ressaltar que o diagnóstico é um dos campos de possibilidades, não se fechando dentro de si mesmo. Ele representa apenas um caminho para que se possam identificar as experiências anteriores vivenciadas pelo jovem e avaliar de que forma elas poderão ser úteis na elaboração de um plano de intervenção que atenda às necessidades individuais e coletivas dos atores envolvidos.

O atendimento individualizado deve ser realizado por meio de um espaço para escuta e estabelecimento de vínculos afetivos com o educando recém ingressado no Projeto ViraVida. Consiste num contato mais aprofundado com ele, tendo como foco dimensões relativas à sua vida pessoal e social. Ressalta-se a importância da criação de um clima de compreensão empática por parte do facilitador, ou seja, um clima no qual se consiga captar os sentimentos e significados expressos na fala do jovem, desenvolvendo um tipo de escuta ativa, provocando-se assim um fluxo de lembranças e de representações acerca de trajetórias de vida.

Esse atendimento toma por base um roteiro preestabelecido, elaborado a partir das informações obtidas no processo seletivo sem, no entanto, se constituir em algo rígido, podendo ser flexível e adaptado às demandas internas apresentadas pelo jovem na ocasião do atendi-

mento. Os itens iniciais de abordagem tratam de assuntos mais abrangentes. Podem-se tomar como exemplo os dados de identificação e situação socioeconômica familiar, cujo objetivo é o de favorecer um clima de confiança com o jovem ("rapport") até se poder alcançar tópicos mais específicos e pessoais de sua vida, não facilmente relatáveis.

Todo o atendimento deve ser realizado por meio da escuta e da conversa, que se inicia em torno de um tema para que, paulatinamente, vá sendo focada em aspectos presentes no cotidiano da relação entre as partes (educando e equipe pedagógica). Anotam-se falas e expressões manifestadas para que sejam devidamente registradas no relatório do perfil individual do educando. Esse instrumental subsidia a elaboração do plano de intervenção individual e coletivo a ser desenvolvido no decorrer do curso.

O atendimento coletivo é realizado por meio de grupos focais e tem por objetivo efetuar intervenções mais eficazes no grupo a partir do quadro apresentado. Os grupos focais representam uma técnica de pesquisa qualitativa que objetiva revelar experiências, sentimentos, percepções, preferências de cada um dos educandos sobre uma temática específica.

Considera-se que o objetivo do grupo focal é a sinergia, e não o consenso, devendo o facilitador criar um clima para o surgimento de ideias variadas. No caso, a ênfase desse grupo será a análise intragrupal, as formas de relações desenvolvidas, a linguagem específica do grupo e as diversas formas de comunicação.

Em relação à condução do grupo focal, embora o clima deva favorecer a livre expressão, alguns cuidados devem ser tomados no sentido de zelar pela preservação da privacidade dos membros, evitando que qualquer expressão de sentimento pessoal provoque constrangimento a um dos participantes.

Algumas condições são necessárias para a realização dessa técnica:

- Grupos de no máximo 10 pessoas;
- Cada pessoa fala principalmente sobre si mesma, seus sentimentos, pensamentos, comportamentos e atitudes;
- Fala quem tem vontade;
- Fala uma pessoa por vez;

- Respeitar opiniões mesmo que sejam contrárias a sua;
- Ter um moderador e um relator.

Aqui se faz necessário abrir um parêntese para aprofundar o papel do moderador. Eis algumas características e posturas de fundamental importância para a boa facilitação do grupo.

Características:

- Empatia: colocar-se no lugar do participante e compreender seu ponto de vista;
- Atenção: para favorecer as intervenções pontuais no processo de discussão;
- Autocontrole: para inibir sinais de discordância ou concordância em relação aos pontos de vista tratados no grupo.

Posturas:

- Ouvir cuidadosamente, procurando compreender realmente aquele que fala;
- Comunicar ao outro o que se compreendeu, sem crítica, julgamento ou censura, pode ajudá-lo a compreender a si mesmo;
- Não interromper, esperar que terminem;
- Não monopolizar; todos devem ter a chance de serem ouvidos;
- Não ter receio do silêncio; ele pode ser muito útil quando estamos refletindo sobre o que está ocorrendo;
- Tudo que é conversado no grupo deve permanecer em sigilo;
- Assuntos que são conversados no grupo não devem ser retomados pelos participantes, a não ser pela própria pessoa interessada.

Outro ponto importante a ser considerado é o da análise dos dados das observações do grupo, pois essa vivência proporciona um momento rico no qual os jovens falam, muitas vezes, nas entrelinhas dos movimentos corporais, de falas inacabadas, na sua forma de ouvir o outro. Portanto, para a análise e compreensão dos significados contidos nas mais variadas formas de linguagem, o facilitador deverá levar em consideração os seguintes aspectos:

- Palavras utilizadas repetidamente;
- Concordância entre as opiniões dos participantes;
- Alteração de opiniões ocasionadas pela pressão do grupo;

- Respostas dadas em função de experiências pessoais de maior relevância;
- Impressões vagas;
- Ideias-chave;
- Comportamentos, gestos, reações, sentimentos, valores, preconceitos, entusiasmos;
- Dificuldades de compreensão das perguntas feitas;
- Dificuldades no enfrentamento de desafios;
- Aproveitamento dos espaços de liberdade.

Essas duas técnicas utilizadas no período inicial da formação dos mencionados grupos fornecem subsídios para que seja construído um plano de ação psicossocial denso e permeado de significados elucidativos pertinentes ao processo educativo.

Após o diagnóstico inicial, é realizada a construção do Plano de Intervenção Individual e Coletivo, com o objetivo de buscar estratégias de intervenção para possibilitar o atendimento e encaminhamento de demandas diagnosticadas no perfil de entrada de cada aluno.

A partir das informações obtidas no perfil de entrada de cada adolescente e jovem, serão identificadas necessidades individuais e coletivas, por meio de acompanhamento, escuta qualificada e do preenchimento de instrumentos de registro. Essas informações subsidiam a realização de atividades socioeducativas e de acordo com cada situação e por meio de acompanhamento e escuta qualificada, também os grupos focais, atividades socioeducativas, convivência familiar e comunitária, bem como encaminhamentos à Rede de Atendimento de Proteção Integral.

Descrição dos atendimentos:

O atendimento psicossocial tem como base psicológica uma abordagem centrada na pessoa, na sua capacidade de fazer escolhas e de construção de autonomia.

Carl Rogers⁴⁹ assinala que em cada pessoa há um fluxo subjacente de movimento em direção à realização construtiva das possibilidades que lhe são inerentes. “A tendência natural do ser humano é a de procurar proximidade com outros seres humanos e de comunicar o que está dentro de si. Para tanto, possui uma poderosa força interior que o impele continuamente em busca de uma vida melhor.”

49 Precursor da Psicologia Humanista e criador da linha teórica denominada Abordagem Centrada na Pessoa (ACP).

No entanto, para que se efetive essa capacidade do ser humano de compreender a si mesmo e de se desenvolver construtivamente, ele necessita como condição imprescindível de um clima favorável, estabelecido a partir de uma relação baseada na compreensão empática e na aceitação incondicional da natureza humana.

Ressalta-se assim a importância da relação dialógica com o jovem, tendo por base a presença do facilitador, como condensador de experiência de vida, de saberes capazes de exercer influência construtiva, criativa e solidária na vida dos educandos. O jovem é então considerado parceiro, interlocutor, fonte de criatividade, de liberdade e compromisso.

Baseado nesse olhar, o Projeto ViraVida propõe o atendimento psicossocial visando criar oportunidades para a vivência individual e coletiva dos jovens e a identificação de valores que lhes possibilitarão assumir uma postura de autonomia diante da vida. Devem ser estimulados também a avaliar com critério as suas ações e ser capazes de realizar escolhas lúcidas diante das oportunidades apresentadas, sendo corresponsáveis pelos seus processos de crescimento pessoal e profissional.

5.3.2. Escuta qualificada

O atendimento individual propicia uma escuta qualificada do educando para que possa falar de si, motivado pelo curso espontâneo da troca de impressões e da sintonia que vai sendo tecida durante a conversa. Procura-se escutar com acuidade o jovem, suas demandas pessoais, evitando-se julgamentos preestabelecidos, procurando facilitar os processos de autoconhecimento, a percepção dos conflitos internos e externos e a tomada de decisões frente às situações apresentadas. É necessário que se esteja atento ao tempo e ritmo do discurso do outro. Isso significa dizer que se deve tentar realizar uma escuta ampla, aberta a novas lógicas e a novos significados que possam emergir na comunicação. Deve-se ficar atento ao tom de voz empregado, a fluência ou reticência ao falar, os gestos e expressões, incluindo também o esforço de perceber o que não é explicitamente dito, mas implicitamente sugerido.

Embora esse atendimento não tenha caráter de uma intervenção psicoterapêutica, percebe-se que, a partir da abertura desse espaço de escuta qualificada, o jovem passa a adquirir maior confiança em si mesmo, nos seus sentimentos e pensamentos e deixar emergir, além de descobrir elementos catalisadores do seu crescimento pessoal.

5.3.3. Atendimento em grupo

O atendimento em grupo visa possibilitar reflexões sobre as relações interpessoais, trabalho de conflitos e favorecendo a integração grupal. Esse atendimento é sistemático e contínuo e deverá acontecer concomitantemente a todo processo de profissionalização. Poderá ser desenvolvido por meio das seguintes estratégias: atividades socioeducativas e grupos de encontro.

Atividades socioeducativas são atividades sistematicamente planejadas dentro da demanda apresentada no processo, caracterizadas por ações de sensibilização, visando possibilitar espaços de reflexão que impulsionem o educando ao desenvolvimento de uma percepção crítica e de uma participação criativa, na sua comunidade e na vida social mais ampla.

As atividades propostas são desenvolvidas com oficinas e palestras, sendo utilizados diversos recursos pedagógicos, como: teatro, atividades lúdicas, vídeos, entre outros. As temáticas trabalhadas são identificadas pelo próprio grupo a partir de sugestões diretas, ou sinalizadas indiretamente, sendo, nesse último caso, percebida pela equipe técnica.

Em algumas ocasiões, há uma articulação com instituições parceiras e/ou profissionais especialistas em determinadas temáticas que se disponibilizam a desenvolver alguma atividade dentro da área de competência. Já foram desenvolvidas temáticas com parceria de outras instituições/profissionais, versando os seguintes temas: violação de direitos fundamentais descritos pelo ECA, sexualidade, uso e abuso de drogas, orçamento financeiro consciente, teatro, planejamento familiar e prevenção de DST/Aids, cidadania, reinserção na educação básica, atendimento médico, odontológico e oftalmológico, exames laboratoriais, inclusão em programas sociais, entre outros.

Grupos de encontro são caracterizados por momentos vivenciais, onde são propiciadas condições facilitadoras para o crescimento pessoal e o desenvolvimento das relações interpessoais.

Esses espaços não se revestem de objetivos didáticos, mas oportunizam ao jovem um processo de autoconhecimento por meio do encontro consigo mesmo e com o grupo. Esse processo ocorre na medida em que há espaço livre para a expressão dos sentimentos, necessidades, interesses, vivências. Com essa abertura, o jovem pode lidar melhor com os seus recursos pessoais e, concomitantemente, fazer deslanchar transformações significativas em sua vida.

As temáticas sugeridas emergem do próprio grupo, sendo destacadas, no geral, com experiências do cotidiano. Para tanto, faz-se necessário o estabelecimento de um clima favorável de aceitação, sem julgamentos ou repreensão de fatos e sentimentos.

Os encontros ocorrem de forma sistemática e contínua, com aproximadamente 1h30 de duração e tendo no máximo 12 pessoas, visando uma participação mais efetiva de cada um.

O facilitador do grupo promove um clima de confiança mútua entre os participantes, de fluência verbal, de troca de opiniões, possibilitando que cada um caminhe para a apreciação de opiniões diversas e construção de um chão comum de potencialidades e diferenciações.

Alguns encaminhamentos poderão surgir a partir desses grupos de encontro, como: psicoterapia e outros serviços especializados.

Todas as ações supracitadas, realizadas com os adolescentes e jovens participantes do Projeto ViraVida, propiciam maior compreensão de suas histórias de vida, da sua visão de mundo, das relações que constroem consigo e com o outro e, principalmente, das representações sociais construídas e/ou desconstruídas com familiares e as fortalezas e/ou fraquezas dessas relações. A partir desse entendimento, percebe-se a importância de traçar ações com as famílias como forma de atuar respeitando a complexidade e totalidade de cada jovem do projeto.

5.4. Convivência familiar e comunitária

De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes, a convivência familiar e comunitária, a existência e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários são fundamentais para o desenvolvimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e cidadãos.

Nesse sentido, ressalta-se que a família é a referência de afeto, proteção e cuidado, espaço onde são criados os primeiros vínculos afetivos e sociais, onde se experimentam emoções, se desenvolve autonomia, significados, crenças e regras.

Segundo Bruschini (1981), "a família não é a soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade" (p. 77). Percebe-se, dessa forma, que a família está em contínua transformação. Considera-se

que o fortalecimento dela ocorre na medida em que são abertos espaços para sua participação na construção de um plano de trabalho, valorizando assim a capacidade de apontar soluções aos desafios apresentados, como também favorecendo o reconhecimento do seu papel de proteção e de cuidado.

Em consonância com os eixos do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e considerando a importância da participação da família, o Projeto ViraVida propõe a formulação de um plano de trabalho para construção de ações que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a participação cidadã.

No **eixo análise da situação e sistemas de informação**, o objetivo é relativo ao mapeamento e análise da situação sociocultural e econômica, identificando os fatores que favorecem ou ameaçam a convivência familiar e comunitária. Para tanto, propõe-se a seguinte ação:

1 – Realizar levantamentos junto às famílias, ainda na fase de inscrição no projeto, por meio de visitas domiciliares ou nas atividades realizadas pela instituição. Esses dados deverão ser obtidos com a aplicação de questionários, sendo tabulados e analisados em conjunto com a equipe técnica do ViraVida.

Dentro do eixo atendimento, são propostas ações que enfatizam o empoderamento das famílias para maior percepção de seus direitos de cidadania, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a participação social.

A família é o lugar onde se ouvem as primeiras falas e com as quais se constrói a autoimagem e a imagem do mundo exterior. É onde se aprende a exprimir-se e, por meio da linguagem, ordenar e dar sentido às experiências vividas. É o filtro por meio do qual se começa a ver e a significar o mundo. É no espaço familiar em que se criam, ou recriam, os elementos que definem os “nós”. Dessa forma, ela é o alicerce da identidade do indivíduo.

É nesse sentido que se ressalta a importância da família no processo educativo do Projeto ViraVida, considerando-a como espaço de crescimento e suporte para o desenvolvimento do potencial do jovem, como também para a mediação de seus conflitos. Ações desenvolvidas junto às famílias têm o intuito de compartilhar o desenvolvimento do jovem no curso, convocando a sua função de corresponsabilidade e orientando-a quanto aos seus direitos e deveres em relação a seus adolescentes e jovens.

5.5. Encontros bimestrais

Realizados dentro de um calendário estabelecido, os encontros acontecem conjuntamente com todos os pais e/ou responsáveis dos alunos. Nesses momentos, são trabalhadas temáticas identificadas pela equipe técnica a partir de assuntos cotidianos previamente mapeados, como também de outros temas sugeridos por pais e/ou responsáveis.

Esses encontros atuam como instância de conhecimento de direitos e deveres, de reflexão, tendo como base a abertura de espaços de troca de opiniões e de vivências dos participantes, bem como para o fortalecimento de sentimentos de cooperação e de desenvolvimento de responsabilidades e de tolerância ao outro.

Prioriza-se a feição de uma metodologia lúdica e dinâmica, visando uma participação efetiva de cada membro, como também tornar o encontro mais prazeroso.

Alguns desafios são encontrados no sentido de possibilitar maior participação da família: horário adequado para reunir o maior número de pais; laços familiares fragilizados e muitas vezes rompidos; dificuldades financeiras para custear a passagem de ida e volta ao local de realização do encontro, entre outros. No entanto, procura-se sempre encontrar estratégias para a participação mais efetiva da família nesse espaço de diálogo e crescimento.

5.6. Rodas de conversa

São caracterizadas por momentos de reflexão com os pais e/ou responsáveis pelo jovem. Nessa estratégia, a palavra é o instrumento de mediação, e os participantes são convidados a construir uma prática de diálogo de forma estruturada e orientado por regras previamente estabelecidas pelo próprio grupo.

Essa metodologia tem como ponto de partida um assunto considerado relevante para o grupo, dentro do escopo da temática proposta pelo projeto. O tema poderá ser colocado na roda por meio de diferentes formas: uma pergunta bem fundamentada, uma notícia, o fragmento de um poema, uma cena de novela e uma situação-problema, entre outras coisas. As rodas abordam geralmente “temas da vida”. É um processo que se inicia nos percursos, nos encontros e desencontros e vão delineando capacidade de se enfrentar um leque de sentimentos diversos: medos, alegrias, certezas e incertezas.

Outro ponto a ser ressaltado é que, embora o grupo parta de um conhecimento já construído, deverá também estar aberto a novas aprendizagens.

Para compreender o mundo, é preciso nos apropriarmos dos significados dados e, a partir dele, construir a nossa própria resposta para os problemas atuais que somos chamados a enfrentar.⁵⁰

Dessa forma, ao discutir um tema, é importante alimentar a discussão com novas informações, ou seja, buscar concentrar a atenção, evocar sentimentos e memórias que tenham a ver com essa questão. “Marcar presença dessa questão em nossa vida”. No entanto, o que se busca na roda não é uma disputa sobre “quem tem razão”, mas a apreciação das diversas razões, o alargamento da visão de cada um, a ampliação do horizonte e a possibilidade de melhor refletir sobre a questão abordada.

O papel do facilitador está longe de ser o de detentor da verdade. Sua postura deverá se colocar da forma mais democrática possível, fazendo circular a palavra e criando um clima de escuta e acolhimento. Deverá ainda facilitar o processo de sensibilização dos participantes para a percepção das suas experiências no contexto social, mediando processos de autoconhecimento e da desconstrução de preconceitos e estereótipos. Não se deverá, no entanto, perder de vista que cada grupo é único e que é preciso ser sensível para compreender as dificuldades que surgem diante daquilo que o tema suscita, mobiliza e provoca.

O número de participantes poderá variar de 20 a 25 pessoas. E as famílias deverão ser sensibilizadas para a importância de sua participação nesses encontros, fortalecendo o sentimento de identificação e pertencimento ao projeto.

5.7. Visitas domiciliares

As visitas domiciliares têm por objetivo proporcionar maior compreensão do contexto socio-cultural do educando. Ocorrem, geralmente, em alguns casos que necessitam de uma atenção mais específica, como nos relativos à ocorrência de faltas frequentes, dificuldades de aprendizagem e de convivência em grupo ou outra situação em que seja necessária uma compreensão maior do contexto familiar do jovem.

50 Para reinventar as Rodas/Lúcia Afonso & Flávia Lemos Abade.

As visitas são realizadas por técnicos do projeto acompanhados por um educador social da instituição parceira, sendo essa presença indispensável pelo fato de ele conhecer o território das comunidades, por ter construído vínculos mais sólidos, além disso, facilitando a entrada na área de forma mais segura.

Esses momentos são ricos para que se possa estreitar os laços relacionais com a família e aproximar-se da cultura e dos modos de vida dos educandos. É muitas vezes durante as visitas domiciliares que o técnico é capaz de identificar alguns encaminhamentos necessários, bem como perceber as redes sociais existentes nas comunidades que possam assegurar e resguardar os membros da família, possibilitando o acesso aos direitos básicos como saúde, educação, segurança etc.

A existência de um roteiro poderá ou não ser utilizado durante as visitas. De outro modo, ele pode ser muito valioso, pois possibilita a observação de aspectos relevantes, como: condições de moradia, dados familiares, condições de saúde, convívio social e comunitário, incentivo da família em relação à participação do(a) aluno(a) no projeto, expectativas, interações familiares, relacionamento com a comunidade, as redes sociais disponíveis e utilizadas e os recursos institucionais mais próximos.

5.8. atendimentos individuais aos pais ou responsáveis

Os pais e/ou responsáveis poderão ser atendidos, individualmente, convocados pela equipe ou por demanda espontânea. Esses momentos possibilitam aproximação maior da família, convidando-a a atuar no projeto, por meio do incentivo contínuo ao educando e sua participação em todos os momentos necessários. Principalmente no que tange aos seguintes aspectos: ressignificação das relações interpessoais e sensibilização para tomadas de consciência da realidade.

O eixo mobilização e articulação tem como objetivo a ampliação e fortalecimento das famílias na participação em fóruns e campanhas que tratam da defesa dos direitos da criança e do adolescente. É proposta como ação o estímulo e apoio à participação da família em espaços comunitários, nos conselhos setoriais, nos fóruns públicos voltados para a defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

5.9. Atendimento à saúde

O atendimento à saúde é realizado a partir de exames clínico e laboratorial, aos quais todos os alunos se submetem. A partir do diagnóstico de possíveis problemas, são encaminhados às clínicas da rede de saúde do SESI ou do sistema público de saúde. Os alunos também passam por exame bucal e recebem o atendimento odontológico necessário.

5.10. Monitoramento e avaliação das ações

O monitoramento e avaliação serão desenvolvidos durante todo o processo de atendimento integral por meio de aferições de indicadores de impacto e de desempenho, os quais estão classificados no quadro ao lado:

INDICADORES DE IMPACTO

- Desempenho geral (somatória de indicadores de desempenho);
- Permanência/evasão;
- Situação na rede de exploração (abordagem de rua – busca ativa);
- Inserção no mundo do trabalho (autônomo, carteira assinada);
- Fortalecimento dos vínculos familiares;
- Eliminação ou diminuição de dependência química (redução de danos, mudança em relação a o uso de drogas).

INDICADORES DE DESEMPENHO

ATITUDES

- Atendimento às regras do contrato de convivência;
- Cuidado com a aparência física e higiene pessoal;
- Cumprimento das regras de conduta e convivência em grupo;
- Reação diante dos conflitos;
- Projeção de futuro;
- Participação nas atividades propostas.

CONHECIMENTOS

- Domínio das informações tecnológicas da ocupação profissional;
- Nível de conhecimentos gerais condizentes com o grau de escolaridade;
- Capacidade de discernimento dos direitos e deveres (ECA, regras do projeto, mecanismos das redes de enfrentamento);
- Compreensão dos requisitos do mercado de trabalho.

HABILIDADES

- Manuseio das ferramentas, instrumentos, equipamentos e da tecnologia da ocupação profissional;
- Capacidade de gerir os recursos financeiros do orçamento pessoal;
- Capacidade de empreender;
- Execução de tarefas exigidas pela ocupação profissional.

6. Inserção no mercado de trabalho

Desde as primeiras reflexões, o ViraVida estava predestinado a tornar-se uma concreta alternativa de futuro para jovens em situação de exploração sexual e era clara, portanto, a necessidade de criar oportunidades de trabalho e renda como forma mais segura de evitar a frustração e revitimização dos jovens que viessem a participar do projeto. Assim, era preciso criar mecanismos que assegurassem o acesso ao mundo do trabalho para os educandos do ViraVida.

Embora o caminho a ser trilhado não estivesse completamente definido, já estavam colocados os desafios de gerar aproximação entre alunos e empresas, de envolver e sensibilizar empregadores e de conquistar parceiros que desenvolvessem o potencial dos jovens participantes com espírito empreendedor, orientando-os para a autogestão. Nesse aspecto, havia ainda a perspectiva de contar com a ação articuladora das confederações do comércio e indústria e das instituições do Sistema S, visando a adesão de empresários dos diversos setores da economia.

Entre coordenadores e técnicos, predominava a percepção de que a preparação dos jovens para esse momento deveria ser realizada de forma integrada ao processo socioeducativo. Assim, à medida que a educação profissional das primeiras turmas se desenvolvia, ampliavam-se as pesquisas e articulações com empresas públicas e privadas em busca de adesão à proposta.

O primeiro passo foi dado pelo Conselho Nacional do SESI, que iniciou uma série de contatos e negociações com dirigentes de empresas, instituições bancárias e órgãos de governo. Entre essas articulações, uma das mais frutíferas foi constituída entre o SESI/CN e a Caixa Econômica Federal, que, além do apoio institucional, tornou-se responsável pela contratação de boa parte dos formandos das primeiras turmas, na condição de aprendiz, e firmou compromisso de seguir contratando novos alunos em diferentes Estados.

Nesse ínterim, a equipe técnica de Fortaleza, capital pioneira entre os pilotos, detectou a disposição de alunos do curso de Criação e Moda para trilhar o caminho da autogestão. Assim, não tardou a ganhar corpo a proposta de formação de uma cooperativa de trabalho, na qual os jovens pudessem exercer a criatividade, impondo o próprio ritmo e exercitando habilidades para além das competências básicas do segmento da confecção. Logo se compreendeu a importância de fomentar a incubação de uma cooperativa de trabalho na área de confecção, abrindo um canal de inserção dos jovens no mercado pela via do cooperativismo e da autogestão.

Recife, segunda capital no cronograma de implantação dos pilotos, enfrentava o desafio, ainda maior, de inserir em breve espaço de tempo as cinco turmas – Costureiro Industrial, Assistente de Laboratório Químico, Agente de Eventos, Cabeleireiro e Recepcionista – que compõem a meta do piloto (100 alunos). Para tal intento, criou-se um núcleo de empregabilidade e acompanhamento, a partir do destacamento de um profissional com facilidade de diálogo com empregadores de diferentes segmentos, acesso às empresas e conhecimentos na área de Recursos Humanos.

6.1. Trabalho X emprego

No campo da educação e formação profissional, as instituições do Sistema S reúnem, sem dúvida, as competências necessárias para construir uma gama de oportunidades viáveis e abrir espaço de trabalho para adolescentes e jovens ainda alijados do processo produtivo. Vale recordar, no entanto, que alguns fatores como a heterogeneidade das turmas, as diferenças de grau de escolaridade, de história de vida e de comportamento dos alunos exigiram um exercício de flexibilização dos padrões e de adaptação da programação dos cursos existentes em portfólio.

As dificuldades cotidianas encontradas em cada piloto foram, assim, oferecendo novos ângulos de observação dos problemas e se transformando em pistas para soluções criativas. Observou-se, entre outras coisas, que a lógica de priorizar o emprego formal provoca outras lógicas dissonantes: a exigência do mercado e a realidade dos jovens, marcados pela falta de oportunidades, interferem e alimentam ainda mais as condições de desigualdade, levando uma grande parcela deles a permanecer em cenários de segregação social. Esse conjunto de variáveis incide na possibilidade de perda de vínculos e no descrédito nas perspectivas de um futuro promissor.

Na tentativa de superar essa realidade, o Projeto ViraVida, ainda na fase embrionária, reconheceu a importância de construir por meio da profissionalização, meios de potencializar sujeitos de direitos, com capacidade de criar, empreender e, ao mesmo tempo, conceber os horizontes e os caminhos de forma autônoma.

Para tal, é necessário compreender o trabalho nas suas múltiplas dimensões. A primeira forma de compreensão da categoria trabalho, nos marcos do capitalismo, está diretamente vinculada aos valores do mercado e às condições de empregabilidade. Essa compreensão bastante impregnada no modelo mental das equipes e jovens durante a fase inicial do projeto encontra ressonância em vários teóricos que tratam do tema, tal qual Paul Singer:

O emprego passaria a ser uma forma de acesso a uma parte da renda e, conseqüentemente, ao consumo, de modo que “as pessoas trabalham antes para poder consumir, do que propriamente para produzir alguma coisa.” (Singer, apud Albornoz, 1992, p. 81)

As transformações do mundo do trabalho exigem, desde as últimas décadas, avanços tecnológicos, ruptura com o paradigma de desenvolvimento industrial vigente e, até mesmo, a gestação de outra postura diante do que se entende como desenvolvimento social. Essa dimensão de trabalho ou de empregabilidade vem agregando a perspectiva de se poder intervir em outras oportunidades de profissionalização e campos produtivos.

Assim, amplia-se a busca pela expansão das alternativas de trabalho e remuneração sem a preocupação com vínculo empregatício – a exemplo da experiência da cooperativa de confecção, no Ceará.

Porém, independentemente do foco ou não no vínculo empregatício, foi observada a necessidade de incluir, na formação de competências pessoais, atributos comportamentais como a participação, equilíbrio emocional, responsabilidade e flexibilidade para se adaptar a novas situações de acesso ao mercado. Esses parâmetros representam habilidades desenvolvidas por meio de disciplinas de educação para o trabalho realizadas junto aos jovens em fase de preparação para o mercado, seja pela condição do emprego, seja pela de autogestão.

6.2. A estratégia de inserção

A estratégia adotada pelo ViraVida para inserção dos jovens no mercado de trabalho consiste principalmente em possibilitar múltiplas formas de exercício da trabalhabilidade, tendo por base a interconexão entre educação básica e continuada, educação profissional e a instância de treinamento realizada no contexto do trabalho. As formas de organização que vêm sendo sinalizadas por meio da experiência piloto devem ser levadas em conta, quais sejam:

1. O acesso ao trabalho formal, articulado em forma de parcerias de âmbitos nacional, regional com organizações públicas e privadas, considerando-se a corresponsabilidade das políticas públicas instituídas, assim como as cotas de formação de aprendizes, primeiro emprego e outras;
2. A busca ativa dos parceiros Sesi, Senai, Senac, Sesc, Sebrae e Sine no mercado formal de emprego e no segmento industrial comercial, ou de serviços;

3. A potencialização de iniciativas inovadoras ou empreendedoras dos jovens na forma de autogestão do cooperativismo, no desenvolvimento de valores culturais locais ou habilidades e criatividade potencializadoras visualizadas como promissoras para novos empreendimentos;
4. A qualificação continuada dos jovens com potencial para ampliar a formação integral e competências técnicas diante das transformações do mundo do trabalho, fundamentalmente em relação àquelas que exigem perfil mais dinâmico e empreendedor.

A execução da estratégia requer sequência de passos táticos. É preciso conhecer e analisar os levantamentos de indicadores mercadológicos de ocupações na região. Fazer o mapeamento das empresas que possam contribuir como parceiras, na preparação e contratação dos jovens. Esse mapa deve ser renovado a cada ano, antes do início dos novos cursos. É também de grande importância reunir informações práticas acerca dos cursos a serem realizados, isto é, a viabilidade local, para melhor desempenho no momento de negociação com empresários e empregadores.

Também cabe ao núcleo de inserção no mercado de trabalho a tarefa de identificar localmente as possibilidades de geração de novos arranjos produtivos, sem perder de vista os valores culturais comunitários e iniciativas de sustentabilidade e fortalecimento das habilidades individuais.

Com esses passos, espera-se atingir a inserção de cerca de 60% dos alunos no mercado formal com vínculo empregatício e 40% em outras modalidades de trabalho, priorizando-se as competências técnicas do Sistema S, na sua extensão de base nacional.

6.3. Núcleo de inserção

A estratégia de ação do núcleo compreende cinco eixos: a) Sensibilização e nivelamento sobre o projeto, incluindo o perfil de público e as características locais da exploração sexual de adolescentes e jovens; b) Contato, articulação e negociação com empresas e instituições; c) Preparação dos adolescentes e jovens para o mercado de trabalho; d) Encaminhamento para o processo de seleção; e) Acompanhamento da iniciação profissional.

Recomenda-se que os profissionais destacados para essa tarefa conheçam os cursos oferecidos, incluindo o programa de cada curso, carga horária e data de encerramento. É importante que se apropriem de informações práticas sobre os cursos para melhor entendimento quando

em negociação com o empresário – por exemplo: quais máquinas são utilizadas na indústria de confecção, nome delas e qual a função. Para tanto, basta integrar-se com os professores da área técnica.

Vale também realizar visitas às salas de aula para propiciar maior aproximação com os jovens, ressaltando o objetivo do núcleo, suas ações e o que tem sido identificado no mercado de trabalho no intuito de auxiliar a preparação dos jovens.

São atribuições do responsável pelo núcleo de inserção:

1. Negociar junto à Gerência de Mercado do SESI para que os agentes de negócios atuem como facilitadoras no processo de agendamento de visitas e negociação de vagas;
2. Levantamento junto às empresas acerca do perfil profissional exigido, da forma de seleção utilizada e do método de trabalho desenvolvido no que tange aos segmentos que fazem parte dos cursos desenvolvidos;
3. Identificar quais os ganhos para as empresas na contratação de alunos do ViraVida (mão de obra qualificada, redução dos custos com recrutamento externo e capacitação, reconhecimento público como empresa parceira do projeto, ampliação do papel de responsabilidade social) e utilizar esses dados como argumento durante a abordagem;
4. Articular com diversos setores do SESI para que incremente o processo de preparação dos jovens, realizando palestra sobre segurança do trabalho e outros temas, além de oportunizar a vivência prática dos alunos em eventos realizados pelo SESI;
5. Participação em eventos e reuniões com gerentes de RH, visando sensibilizá-los para que se tornem parceiros do ViraVida no que tange à inserção dos jovens nos processos seletivos de suas empresas.

6.4. Preparação dos jovens para o mercado de trabalho

Observa-se que a realização de visitas técnicas específicas para cada curso permite oportunizar aos jovens o conhecimento in loco do ambiente de trabalho e também proporcionar ao empresário o contato direto com eles, futuros candidatos a vagas de emprego. A visita acompanhada pela coordenação do núcleo também permite avaliar a postura dos alunos como futuros profissionais e dar a eles o retorno sobre os pontos positivos e as necessidades de aprimoramento.

Após a visita técnica, a Coordenação do núcleo deve encaminhar à empresa mensagem de agradecimento pela contribuição no processo de preparação dos jovens. Posteriormente deve-se agendar reunião com um representante visando a negociação da possibilidade de inserção dos jovens no processo seletivo.

Também cabe ao núcleo articular junto à agência do trabalho a realização de oficinas acerca de elaboração de currículo e comportamento em entrevistas. Deve ser também negociada a realização do cadastro dos jovens para futuros encaminhamentos de seleção ao emprego.

Realização de atendimento e orientação individual para todos os jovens do projeto, utilizando-se de ficha de diagnóstico processual, sobre os aspectos relativos à orientação da postura adequada nos casos de entrevista de seleção para emprego, orientação sobre a organização do currículo (fonte: Agência do Trabalho), informações sobre o perfil profissional e qual o processo de seleção utilizado pelas empresas.

Durante o atendimento, se for detectada alguma situação que necessite do apoio de outros profissionais, o núcleo deve encaminhar o aluno para o Serviço Social. Ex.: curso de recepção, aluno com problema de dicção, necessitando de fonoaudióloga. Realizar registro dos atendimentos efetuados por meio de planilha contendo relação de todos os jovens, aspectos avaliados, resultado do perfil e parecer técnico.

6.5. Encaminhamento para processo seletivo

É primordial que os jovens, antes de participarem de uma seleção, recebam orientações e esclarecimentos sobre a empresa, o processo seletivo e a forma de contrato de trabalho. Cabe ao núcleo de inserção negociar com a empresa data e horário para o teste de seleção e também a preparação de uma carta de apresentação dos jovens à empresa.

O registro dos encaminhamentos deve ser realizado por meio de planilha contendo relação de todos os jovens por curso, faixas etárias e as empresas para onde estão sendo encaminhados os postulantes.

6.6. Acompanhamento

O objetivo dessa última ação é promover um processo de acompanhamento aos jovens que estão no mercado de trabalho com o objetivo de identificar os fatores que favorecem ou dificultam

seu desempenho e, assim, construir, junto com eles, as estratégias de superação, elevação da aprendizagem e maior segurança.

Para alcançar esse objetivo, propõe-se observar as seguintes ações:

- Alunos aprovados serão acompanhados pelo núcleo na preparação de documentação e exame médico de admissão. A coordenação do núcleo entrará em contato com a empresa para identificar a situação dos jovens não aprovados, assim como os motivos das reprovações e relatá-las ao coordenador e ao supervisor pedagógico, visando melhor preparação do candidato;
- Durante os três primeiros meses de experiência do jovem na empresa, o núcleo realizará, por meio de visita ou formulário de avaliação, acompanhamento com o objetivo de apreciar o desempenho profissional dos contratados;
- Organizar encontros entre os jovens e abrir espaço para ouvi-los, permitindo, dessa forma, que a equipe se antecipe a algumas dificuldades que eles venham a apresentar;
- Reunir periodicamente a equipe pedagógica e psicossocial do projeto com representantes da empresa em que o jovem trabalha para proporcionar troca de informação quanto ao desenvolvimento dele na empresa;
- Realizar encontros regulares entre a equipe pedagógica e psicossocial com o representante da empresa conveniente, no caso de jovens inseridos no mercado por meio dos programas de aprendizagem. O objetivo é acompanhar o desenvolvimento do jovem no curso oferecido pela conveniente, observando desempenho atitudinal, colaboração na empresa e aprendizagem;
- Complementar e dar suporte na formação dos jovens, tanto no que se refere aos conteúdos da educação básica como profissionalizante.

O ViraVida, por meio dessas várias etapas aqui descritas e narradas, pretende ampliar o seu raio de ação, envolver novos agentes nas ações de enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Como bem ressalta Jair Meneguelli, de forma objetiva e vasta: *“Tudo que eles querem é uma oportunidade, de mudar os rumos de suas vidas e de poder refazer assim a própria história.”* Com os passos aqui percorridos, eles vão poder virar a vida para todas as direções de direitos da construção de uma existência digna. Sendo aqui traduzido o princípio da proteção integral preconizado pelo Estatuto (ECA). Sendo trilhado o caminho concreto e amplo do desenvolvimento social, traduzido em poucas palavras: nenhum adolescente ou jovem vai precisar mais interromper e abortar a vida. Aqui se desenharam as linhas que viram uma página da nossa história.

Glossário

Educação básica – Tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Educação profissional – Tem por finalidade garantir ao cidadão o permanente desenvolvimento de aptidões para o exercício de atividades produtivas requeridas pelo mundo do trabalho para o convívio social.

Educação continuada – A educação continuada tem por finalidade o aperfeiçoamento e a atualização permanente da formação do cidadão, visando contribuir para a construção da autonomia e desencadear uma dinâmica de interação e articulação entre os saberes profissionais e escolares nas áreas de linguagem, matemática e cidadania, buscando o seu desenvolvimento pessoal, interpessoal, profissional e construindo novas atitudes em relação à profissão, aos valores, à cultura e à qualidade de vida.

Qualificação profissional – Destinada a proporcionar o desenvolvimento de competências organizativas, sociais, metodológicas e técnicas que lhe permitam capacitar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o seu nível de escolaridade.

Itinerário formativo – Sequência de desenvolvimento proposta para o conjunto de módulos relativos a uma qualificação profissional que, ordenada pedagogicamente, capacita para o exercício profissional.

Módulo – Conjunto didático-pedagógico sistematicamente organizado para o desenvolvimento de competências profissionais significativas, podendo ser com terminalidade, que qualifica e permite o exercício profissional (intitulado específico), ou preparatório à qualificação profissional (intitulado básico).

Competência profissional – Mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes profissionais necessários ao desempenho de atividades ou funções típicas, segundo padrões de qualidade e produtividade requeridos pela natureza do trabalho.

Competências básicas – Constituem-se nos fundamentos técnicos e científicos, de caráter geral, em que se baseiam as competências específicas e de gestão relativas à qualificação profissional.

Competências de gestão – Conjunto de capacidades organizativas, metodológicas e sociais relativas à qualidade e à organização do trabalho, às relações no trabalho e à condição de **responder a situações novas e imprevistas**.

Competências específicas – Constituem-se nas capacidades técnicas que permitem operar eficientemente os objetos e variáveis que interferem diretamente na criação do produto. Implicam o domínio dos conteúdos do âmbito do trabalho e a posse de conhecimentos e habilidades necessários em sua atividade.

Elementos de competência – Descrevem o que os alunos devem ser capazes de fazer nas situações de aprendizagem. Expressam os resultados que se espera que os alunos obtenham **na unidade de competência**.

Padrão de desempenho – É o referencial que especifica a qualidade do desempenho em cada elemento de competência de um perfil profissional. Permite julgar como adequado ou não adequado, satisfatório ou não satisfatório o desempenho do aluno com relação ao elemento de competência. Trata-se de especificação objetiva, que permite verificar se o profissional alcança ou não o resultado descrito no elemento de competência.

Regimento escolar – O regimento escolar é o documento normativo que disciplina a prática educativa realizada nas unidades operacionais.

Proposta pedagógica – É o documento que define a identidade da instituição educacional, constituída pela matriz teórica dos fundamentos epistemológicos, filosófico-sociológicos e **didático-metodológicos que orientam a prática educativa**.

Conselho consultivo – É um fórum técnico-consultivo destinado à discussão de assuntos referentes ao Projeto ViraVida, agregando as instituições parceiras, empresas e órgãos públicos, privados, cuja vivência contribua para orientar a tomada de decisões referentes ao desenvolvimento das ações.

Conselho Escolar – É um fórum técnico-deliberativo destinado a analisar situações e contextos que envolvam os alunos e o corpo docente, dentro do processo de ensino-aprendizagem. É constituído por docentes, equipe técnica, gestores das unidades e do projeto.

Perfil profissional – É a descrição do que idealmente é necessário saber realizar no campo profissional correspondente à determinada qualificação. É o marco de referência que pode ser confrontado com o desempenho real das pessoas, indicando se elas são ou não competentes para atuar em seu âmbito de trabalho. É constituído pelas competências profissionais (conhecimento, habilidades e atitudes) requeridas pelo mercado de trabalho.

Referências Bibliográficas

ABAD, Miguel. Crítica das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro P. Martonio (Org). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

AFONSO, Maria Lucia M.; ABADE, Flavia. **Para reinventar as rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.

BAREL, Yves. Propos de travers ou de la transversalite. In: SFEZ, Lucien. **Dictionnaire critique de la communication**. Paris: Puf, 1989.

BENEVIDES, Maria Vitoria. **A questão social no Brasil: os direitos econômicos**

e sociais como direitos fundamentais. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/vdlettras3/vitoria.htm>>. Acesso em: 12 maio 2010.

BRANCHER, Leoberto Narciso. **Organização e gestão do sistema de garantia de direitos da infância e da juventude**. Disponível em: <http://74.125.155.132/scholar?q=cache:oCQDJh5F5iEJ:scholar.google.com/+sistema+de+garantia+de+direitos+pap%C3%A9is+e+compet%C3%A9ncias&hl=pt-BR&as_sdt=2000>. Acesso em: 12 maio 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/avisos-e-documentos/copia-de-pncfc-28-12-06-documentooficial.pdf/view>. Acesso em: 12 maio 2010.

_____. **Política Nacional da Assistência Social (PNAS)**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/fale-conosco/assistencia-social/gestor-tecnico-municipal/pnas-2013-politica-nacional-de-assistencia-social>>. Acesso em: 12 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://74.125.93.132/search?q=cache%3A1vwJ0j1HG5sJ%3Aportal.mj.gov.br%2Fsedh%2Fct%2Fconanda%2Fplano_nacional.pdf+%22Plano+nacional+de+enfrentamento%22&hl=pt-BR&gl=br>. Acesso em: 12 maio 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. Brasília, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 maio 2010.

BRECHT, Bertold. **A Exceção e a regra**. 1930. Peça teatral.

BRUSCHINI. **Teoria crítica da família**. São Paulo, 1981. (Cadernos de pesquisa n. 37).

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECRIA. **Fundamentos e políticas contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA; MJ, 1997.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política Nacional da Assistência Social**. Disponível em: <[http://web-cache.googleusercontent.com/search?q=cache:kyPYRD0F0TwJ:www.cfess.org.br/noticias_res.php%3Fid%3D159+Parâmetros+para+atuação+de+assistentes+sociais+e+psicólogos\(as\)+na+Política+Nacional+da+Assistência+Social&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://web-cache.googleusercontent.com/search?q=cache:kyPYRD0F0TwJ:www.cfess.org.br/noticias_res.php%3Fid%3D159+Parâmetros+para+atuação+de+assistentes+sociais+e+psicólogos(as)+na+Política+Nacional+da+Assistência+Social&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 12 maio 2010.

DAYRELL, Juarez. Escola e cultura juvenis. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Fundação Friedrich Ebert, 2003.

DE OLIVEIRA, Sandra Caldeira et al. **Violência contra crianças e adolescentes: Uma reflexão sobre o Programa Sentinela no Município de Itaboraí/RJ**. Disponível em: <http://74.125.93.132/search?q=cache%3A_POEkhM5NcJ%3Awww.buscalegis.ufsc.br%2Fvistas%2Findex.php%2Fbuscalegis%2Farticle%2FviewFile%2F32859%2F32051+projeto+sentinela+governo+federal&hl=pt-BR&gl=BR>. Acesso em: 12 maio 2010.

DIOGENES, Gloria. **Criança infeliz**. Fortaleza, 1998.

DIOGENES, Gloria. **Cartografias da cultura e da violência**. São Paulo: Annablume, 2008.

DIOGENES, Gloria. **Os sete sentimentos capitais: exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. São Paulo: Annablume, 2009.

DOS SANTOS, Joselino; GOMES SOUSA, Margarida. **Exploração sexual de crianças e adolescentes: pesquisas com documento de domínio público**. Goiania: Canone, 2008.

DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000: na pista dos nossos medos**. São Paulo: Unesp, 1998.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Algumas questões sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes**. Belém, *Polêmica*, v. 1(2), p.7-20, 1997.

FONSECA, Afonso H. L. **Grupo, fugacidade, ritmo e forma: Processo de Grupo e Facilitação na Psicologia Humanista**. São Paulo: Summus, 1988.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Fundação Friedrich Ebert, 2003.

GOMES, Romeu. **O corpo na rua e o corpo da rua: a prostituição infantil feminina em questão**. São Paulo: Unimarco, 1996.

GUATTARI, Felix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

KOHAN, Walter Omar. Três Lições de Filosofia da Educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 24, n. 82, Apr. 2003, Disponível em: <http://74.125.155.132/scholar?q=cache:9pTmtudig0J:scholar.google.com/+%22educa%C3%A7%C3%A3o++emancipa%C3%A7%C3%A3o%22&hl=pt-BR&as_sdt=2000>. Acesso em: 12 maio 2010.

LASCHE, Christopher. **Família: refúgio num mundo sem coração**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEAL, Lucia; LEAL, Fatima; LIBORIO, P.; COIMBRA, Renata (Org.). **Tráfico de pessoas e violência sexual: grupo de pesquisa sobre violência, exploração sexual e tráfico de mulheres, crianças e adolescentes**. Brasília: VIOLES; SER; Universidade de Brasília, 2007.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima (Org.). **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil**. Brasília: Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), 2002.

LECHENER, Norbert. A modernidade e a modernização são compatíveis? **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, n. 21, set. 1990.

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 dez. 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8742.htm>>. Acesso em: 12 maio 2010.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 maio 2010.

LIBORIO, Renata Maria Coimbra; CAMARGO, Luciene dos Santos. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores**: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. Brasília: CECRIA, Oficina de Indicadores, 1998.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Young**, Estocolmo, v. 4, n. 2, p. 3-14, 1996.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1996.

NOVAIS, Regina. **Juventude, exclusão e inclusão social**: aspectos e controversias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Fundação Friedrich Ebert, 2003.

Projeto ViraVida. Disponível em: <<http://www2.conselhonacional.dosesi.org.br/ViraVida>>. Acesso em: 12 maio 2010.

ROGERS, Carl R. **Grupos de encontro**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

ROGERS Carls, **Tornar-se pessoa**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ROLNIK, Suely. **Pensamento, corpo e devir**. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleode-subjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2010.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **O enfrentamento da exploração sexual infantojuvenil**: uma análise de situação. Goiânia: Canone, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores associados, 1996.

SEBRAE. **Aprender a empreender, juntos somos fortes, iniciando um pequeno grande negócio**. Brasília, [200?].

SESCOOP. **Cooperativismo primeiras lições**. Brasília, [200?].

SENAC.DN. **Metodologia de educação profissional comercial**. Brasília, [200?].

SENAI. Departamento Nacional. **Metodologia de avaliação e certificação de competências**. Brasília, [2004].

SENAI. **Metodologia para a elaboração de desenho curricular baseado em competências**. Brasília, [2004].

SENAI. **Metodologia de avaliação de projetos de cursos**. Brasília, [2004].

SENAI. **Pesquisa de mercado**. Brasília, [2004].

SENAI. **Pesquisa de acompanhamento de egressos**. Brasília, [2004].

SENAI. **Programa de Educação Continuada do Trabalhador da Indústria**. Brasília, [2004].

SESI. **O que é o SESI**. Disponível em: <http://64.233.163.132/search?q=cache:ffcBHZoDo_IJ:www.cni.org.br/portal/main.jsp%3FlumChannelId%3D8A81818B146A9BCF01146AC210E72A9D+sesi+historia&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=BR>. Acesso em: 12 maio 2010.

SESI. Departamento Regional do Ceará. **Manual de orientação do professor do projeto leitura, comunicação e inclusão digital**. Fortaleza, [200?].

SINGER, Paul. Entrevista. **Jornal O Povo**, 24 set. 2006.

SPOSITO, Marília. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro P. Martonio. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundacao Perseu Abramo, 2005.

Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Fundação Friedrich Ebert, 2003.

WALTY, Ivete Lara Camargos. **Corpus rasurado**: exclusão e resistência na narrativa urbana. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; Autentica, 2005.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004.

SESI / DN

Conselho Nacional do Sesi

Marisa Lourenco
Preparação de Originais

Equipe Técnica

Antonio Elísio Celestino Silva
Catarina Borges Sabino
Denise Nobre Pontes
Gilson de Medeiros Costa
Gleicelene Lima de Abreu
Josilene Soares da Silva
Maria do Carmo Silveira
Maria José Andrade
Michael Groarke

Bruna Braga Lima
Cleude Gomes
Eliane Lopes de Noronha Campos
Gislenne Assis de Araújo
Isabel Cristina da Silva Teixeira
Marcelo Dantas
Maria Oirta
Marisa Lourenço
Monica Quintas d'Able Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC
Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND

Renata Lima
Normalização

Rogério Luiz Moreira
Agnelo Pacheco Comunicacao
Capa

Ademir Lopes e Ana Paula Reis
Revisão

Rogério Luiz Moreira
Editoração

Teixeira Gráfica e Editora
Produção gráfica



PROJETO
VIRAVIDA 

SESI
Conselho Nacional



ISBN 978-85-7710-213-6



9 788577 102136